



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caros colaboradores, clientes, acionistas, parceiros e demais stakeholders, Em 2025, o MetrôRio consolidou avanços significativos na geração de valor para clientes, colaboradores, acionistas e a sociedade, reafirmando nossa missão de manter o Rio em movimento, melhorando a vida das pessoas com um serviço confiável, seguro e sustentável. Em um ano marcado por transformações regulatórias e pela retomada de investimentos estruturantes, demos passos decisivos na modernização da concessão, superando desafios históricos e posicionando a companhia para um ciclo de crescimento sustentável e responsável.

A retomada da obra da Estação Gávea, viabilizada pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas do Estado e demais partes, em 2024, representou um marco na resolução de impasses jurídicos, regulatórios e administrativos que travavam o desenvolvimento do sistema metroviário há mais de uma década. Culminando esse processo, celebramos em abril de 2025 o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, unificando as Linhas 1, 2 e 4 sob nossa gestão até 2048, com redefinição de riscos de demanda, retirada de eventos preteritos e compromisso de aporte de R\$ 600 milhões para retomada das obras e conclusão da estação Gávea. Complementando essa evolução contratual, a incorporação da MetroBarra pelo MetrôRio, aprovada em outubro, simplificou nossa estrutura societária, capturou sinergias operacionais e concentrou ativos e passivos das linhas sob uma gestão unificada, fortalecendo nossa base patrimonial e administrativa.

Nosso compromisso com a excelência operacional resultou no cumprimento integral dos indicadores contratuais, garantindo uma operação eficiente, segura e de alta disponibilidade para cariocas e visitantes. Na pesquisa de Índice de Qualidade de Serviços (IQS), realizada em todas as 41 estações com mais de mil clientes entrevistados, alcançamos nota 8,6 em 16 atributos avaliados, com mais de 95% de recomendação, consolidando a confiança na rapidez, previsibilidade e qualidade do nosso serviço. Proseguimos inovando em canais de venda e integração modal, ampliando facilidades digitais e conexões com outros transportes públicos, em alinhamento com a demanda crescente e as políticas de mobilidade integrada da cidade.

Além de priorizar a qualidade do serviço, ampliamos nosso impacto positivo na sociedade e no meio ambiente, reconhecendo que o metrô, movido a energia elétrica limpa, transporta diariamente centenas de milhares de passageiros, evitando emissões de combustíveis fósseis. Consolidamos a mensuração de emissões de gases de efeito estufa com inventário certificado pelo Programa Brasileiro GHG Protocol, conquistando o Selo Ouro por completude e verificação independente; concluímos o estudo piloto de modernização da ventilação da Linha 1, com potencial de redução significativa no consumo energético; e iniciamos parceria para otimização hídrica nas estações, reforçando a economia de recursos naturais e nosso papel na agenda climática.

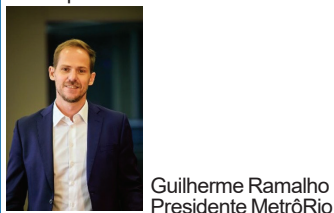
Mantivemos o foco na responsabilidade social, investindo em projetos socioculturais, ações comunitárias e programas de cidadania que fortalecem os laços com as comunidades do entorno das estações. Reforçamos iniciativas de Diversidade, Equidade e Inclusão por meio de campanhas de sensibilização e letramento para colaboradores e público externo, promovendo um ambiente acolhedor e plural, enquanto apoiamos ações de educação, cultura e inclusão em áreas vulneráveis, alinhadas às políticas públicas e instrumentos de fomento disponíveis.

Na governança e compliance, reafirmamos a ética como pilar central, aderindo ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial da CGU, mantendo-nos signatários do Pacto Global da ONU e preservando as certificações ISO 37001 (Gestão Antissuborno) e ISO 37301 (Gestão de Compliance). Pelo terceiro ano consecutivo, fomos reconhecidos com o selo Great Place to Work, validando nosso ambiente de trabalho positivo e inclusivo, com políticas robustas de transparência, controles internos e prevenção a riscos.

O desempenho financeiro de 2025 demonstrou resiliência e disciplina, com receita líquida de R\$ 1.198,7 milhões — crescimento de 27,5% em relação a 2024 —, impulsionado pela nova composição das receitas tarifárias das Linhas 1, 2 e 4, aliada ao aumento da tarifa média e à expansão da base de passageiros pagantes. O EBITDA alcançou R\$ 428,2 milhões, com margem de 35,7%; mm base comparável (excluindo efeitos não recorrentes de 2024), nosso EBITDA cresceu consistentes 24,7%, refletindo a eficiência da nossa gestão operacional.

Olhando para 2026, estamos otimistas com a evolução da demanda, a continuidade da modernização do sistema e os investimentos na Estação Gávea, em um ambiente regulatório mais estável e previsível. Esse panorama reflete o empenho de nossas equipes, altamente engajadas e preparadas, o apoio de nossos acionistas e a parceria de stakeholders, com os quais seguiremos avançando rumo a um crescimento sustentável, responsável e transparente.

A Companhia



Guilherme Ramalho
Presidente MetrôRio

A COMPANHIA

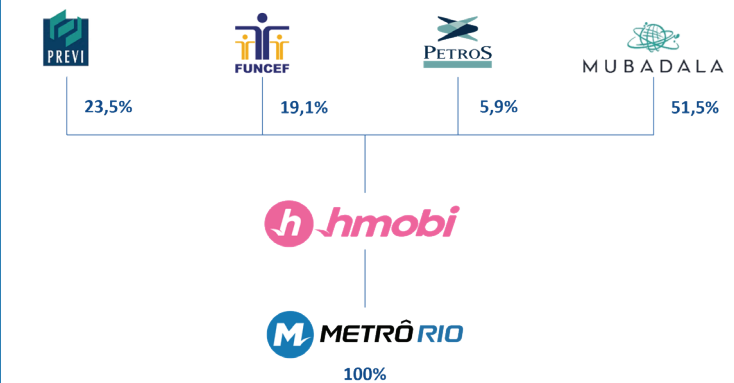
APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (MetrôRio) foi constituída sob a forma de "sociedade por ações" em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior.

A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como seu único acionista a HMOBI Participações S.A. ("HMOBI"), que por sua vez tem como acionistas: Mubadala Capital IAV Fundo de Investimento em Participações Multies-tratégia FIP ("IAV FIP"), Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Governo do Estado do Rio de Janeiro cedeu ao MetrôRio os bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Estruturasocietária:



O MetrôRio, administra o sistema metroviário do Rio de Janeiro, que é o maior sistema sob gestão privada do país, com 59 quilômetros de trilhos, 41 estações e 64 trens. O MetrôRio desempenha um papel central na mobilidade urbana do Rio de Janeiro, consolidando-se como um dos principais eixos de deslocamento da população carioca. Com uma média de aproximadamente 635 mil embarques diários nos dias úteis, o sistema assegura eficiência, segurança e previsibilidade para os usuários. Além de sua função cotidiana de conectar zonas residenciais a polos de trabalho, áreas comerciais e centros de lazer, o metrô se destaca pela capacidade de atender, com confiabilidade e agilidade, os maiores eventos da cidade. Em ocasiões como o Carnaval, o Réveillon de Copacabana, grandes eventos esportivos e shows internacionais, o sistema opera em esquemas especiais para absorver a alta demanda. Em 2025, por exemplo, durante o espetáculo da artista Lady Gaga, que, segundo Guinness Book, reuniu cerca de 2,1 milhões de pessoas, o metrô foi peça-chave na logística que possibilitou a realização segura e organizada do evento. Mais do que um modal de transporte, o MetrôRio é um símbolo da identidade carioca — referência de eficiência, acolhimento e mobilidade urbana que conecta o Rio de Janeiro e move com orgulho seu jeito de viver.



Governança
O MetrôRio dispõe de uma sólida estrutura de Governança, composta por Conselho de Administração e Diretoria próprios, além de contar com a Auditoria Interna e um Canal de Ética, enquanto agentes de governança.

Agentes e Estrutura de Governança



www.metrorio.com.br

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão máximo de governança da Companhia, responsável por estabelecer a política geral dos negócios e supervisionar a atuação da Diretoria, de maneira alinhada com os interesses dos acionistas e com o contrato de concessão vigente.

Composição: de 3 a 7 membros, eleitos e destituíveis em Assembleia Geral, permi-tida a reeleição.

Principais atribuições: estabelecer objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia; convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando necessário, a Assembleia Geral Extraordinária; nomear e destituir os diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições; manifestar-se previamente sobre Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do exercício; fiscalizar a gestão dos diretores; examinar os atos, livros, documentos e contratos da Companhia; deliberar sobre a emissão de notas promissórias; submeter à Assembleia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício; autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; escolher e destituir auditores independentes; autorizar a compra de ações da Companhia, para permanência em tesouraria, posterior revenda ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor; aprovar o plano de negócios e o orçamento anual da Companhia; e resolver casos omissos.

Diretoria

A Diretoria é o órgão executivo responsável pela gestão cotidiana da Companhia e pela execução das estratégias e diretrizes definidas pelo Conselho de Administração.

Composição: de 2 a 5 membros, eleitos pelo Conselho de Administração.

Principais atribuições: executar os trabalhos que lhe forem determinados pelo Conselho de Administração; elaborar, anualmente, o relatório da administração, o demonstrativo econômico-financeiro do exercício, bem como, sempre que solicitado pelo Conselho de Administração, balancetes; preparar anteprojeto de plano de expansão e modernização da Companhia; submeter ao Conselho de Administração o orçamento geral e os orçamentos especiais da Companhia, inclusive os reajustes contratuais, no decurso dos exercícios anual e plurianual a que eles se referam; aprovar, para referendo do Conselho de Administração, a nomeação de titulares para cargos da Administração Superior; e aprovar e modificar organogramas internos. A Diretoria desempenha papel central na implementação das decisões estratégicas e na condução operacional da Companhia, traduzindo as orientações dos acionistas e do Conselho em resultados.

A Diretoria da Companhia é composta por membros altamente qualificados e com ampla experiência profissional, assegurando à Companhia uma gestão estratégica alinhada às melhores práticas de mercado e de governança corporativa.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

Recentemente, no ano de 2024, o MetrôRio revisitou os fundamentos de sua identidade organizacional, em resposta às transformações sociais, econômicas e culturais observadas no período pós-pandemia. O processo, conduzido no âmbito do Planejamento Estratégico 2024–2028, consolidou a nova Identidade Organizacional Estratégica, traduzida em missão, visão e valores, que se tornaram os grandes direcionadores de curto, médio e longo prazo da Companhia.

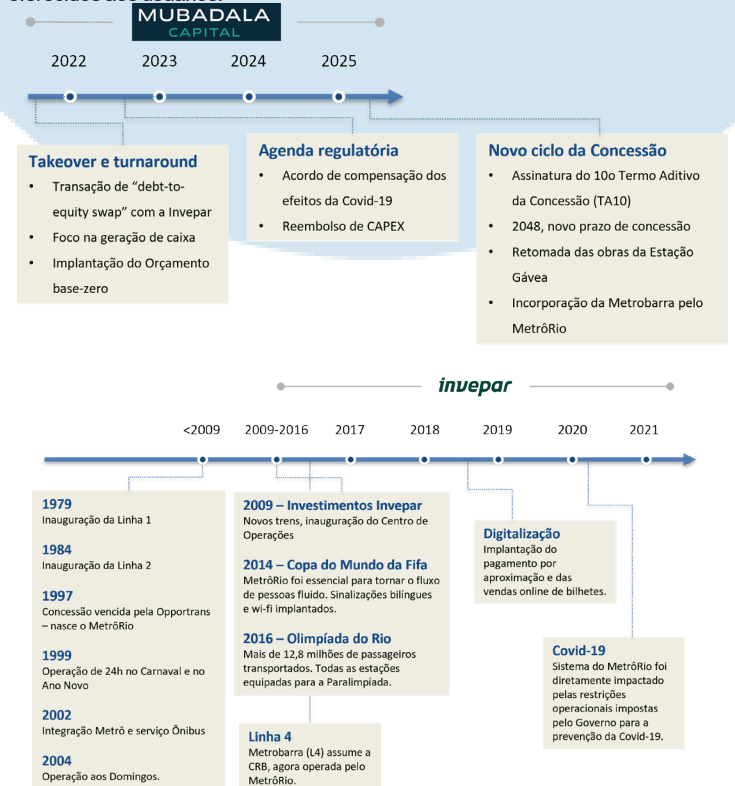
A missão reafirma o propósito essencial da empresa, a visão projeta a ambição de futuro e os valores expressam o modo de se ser e agir dentro da organização.

Esses elementos não apenas definem a identidade corporativa do MetrôRio, como também orientam a tomada de decisão e a priorização de investimentos. Toda alocação de recursos, novos projetos ou iniciativas estratégicas são avaliados à luz do alinhamento com a missão, a visão e os valores, sempre respeitando as condições do contrato de concessão que rege o negócio.

Dessa forma, a Identidade Organizacional atua como bússola para a companhia, garantindo coerência entre sua atuação operacional, seu posicionamento institucional e o compromisso com a sociedade, para quem o metrô representa muito mais que transporte: um serviço essencial que conecta as pessoas.

LINHÁ DO TEMPO

O sistema de metrô do Rio de Janeiro foi o primeiro do Brasil a ser concedido à iniciativa privada, constituindo uma concessão madura, que já passou por diversas fases de desenvolvimento ao longo de quase três décadas. O ano de 2025 representa um marco na história da Companhia, com a assinatura do 10º Termo Aditivo, que estendeu o prazo da concessão até 2048, e a retomada das obras da Estação Gávea. Esse movimento inaugura um novo ciclo, com potencial para destravar investimentos voltados à expansão e ao aprimoramento dos serviços oferecidos aos usuários.



CULTURA E VALORES

Nosso Jeito de Ser e de Fazer

A cultura organizacional do MetrôRio é a base que sustenta sua identidade e orienta as decisões, comportamentos e relacionamentos em todos os níveis. Internamente denominada "Nosso Jeito de Ser e de Fazer", essa plataforma cultural é estruturada em quatro pilares fundamentais, Gente, Processos, Imagem e Resultados, que traduzem a forma como a empresa se relaciona com colaboradores, clientes e a cidade do Rio de Janeiro.

Esses pilares são vivenciados diariamente por meio do programa #TMJ – Todo Metrô Junto, que mobiliza o time em torno de seis práticas: Atrair e Integrar, Engajar e Inspirar, Aprender e Desenvolver, Celebrar e Reconhecer, Cuidar e Realizar. O #TMJ consolida o orgulho de pertencer, o trabalho em equipe e o compromisso coletivo de manter o Rio em movimento.



Movidos por Mover o Rio

Para fortalecer os princípios da Companhia no cotidiano, a campanha interna "Movidos por Mover o Rio" estimula os colaboradores a incorporar os valores em suas práticas diárias, consolidando um ambiente alinhado ao propósito institucional. Essa comunicação está presente tanto nos espaços físicos da empresa (estações, escritórios e áreas operacionais) quanto nas plataformas digitais e peças de comunicação interna, sempre identificadas pelo selo #TMJ, que reforça o vínculo entre propósito, atitude e resultado.

O compromisso cultural é patrocinado diretamente pelo Diretor-Presidente, cuja atuação combina liderança institucional e engajamento pessoal. Sua presença em campanhas, eventos e comunicações internas reforça a autenticidade dos valores corporativos e inspira os times a viverem o propósito de "manter o Rio em movimento".

Melhores Empresas Para Trabalhar

Os comportamentos mais valorizados no MetrôRio incluem ética, respeito, espírito de servir, proatividade, atitude segura e trabalho em equipe, enquanto condutas como autoritarismo, desrespeito, protecionismo, descumprimento de normas ou falta de transparência são consideradas incompatíveis com a cultura organizacional e tratadas conforme a gravidade, podendo envolver advertências ou desligamentos.

Em 2025, o MetrôRio foi novamente reconhecida como uma das Melhores Empresas para Trabalhar (GPTW), resultado da consistência de sua cultura e da satisfação dos colaboradores. Os maiores índices de engajamento foram observados nas dimensões Orgulho e Camaradagem, refletindo o sentimento de pertencimento, o orgulho em servir à cidade e o ambiente colaborativo que valoriza o diálogo e a diversidade de perspectivas.

NOSSA GENTE

Cultura e Valores

Perfil e Diversidade do Time

O MetrôRio é composto por um time diverso e comprometido, que reflete a pluralidade do Rio de Janeiro e contribui para o fortalecimento de uma cultura organizacional inclusiva e respeitosa. Em dezembro de 2025, 23,0% do quadro total era composto por mulheres, 58,2% por pessoas negras e 5,6% por pessoas com deficiência. Na liderança, esses índices foram de 17,9%, 45,1% e 1,5%, respectivamente. Desde 2017, o Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão orienta as ações da empresa em torno de quatro eixos principais: gênero, raça, pessoas LGBTQI+ e pessoas com deficiência. O programa promove campanhas de sensibilização, práticas de trabalho inclusivas, pesquisas demográficas, controle de indicadores e apoio a iniciativas institucionais voltadas à diversidade.

Em 2025, destacaram-se o 1º Censo de Diversidade, as campanhas sobre segurança psicológica e deficiências ocultas, e as ativações em estações metroviárias em parceria com secretarias municipais e estaduais. O MetrôRio também compartilhou suas práticas no UITP Summit 2025, um dos principais congressos mundiais do setor de transporte público.

Desenvolvimento de Carreira

A Companhia acredita que o desenvolvimento das pessoas é essencial para a excelência operacional e a sustentabilidade do negócio. Por meio da Educação Corporativa (ECO), estruturada em Escolas de Liderança, Operação, Manutenção e Corporativa, a companhia promove capacitações técnicas, comportamentais e de liderança em todos os níveis hierárquicos.

Entre os programas de destaque estão o Primeira Estação (integração de novos colaboradores), o Estação Liderança, o TRILHAR (avaliação e desenvolvimento de carreira), as mentorias para mulheres e pessoas negras, e o Programa Abrindo Caminhos, voltado à inclusão de pessoas com deficiência.

O TRILHAR estrutura os ciclos anuais de avaliação e desenvolvimento, com modelos 180° e 360°, comitês de carreira e planos individuais de desenvolvimento (PDIs), garantindo meritocracia e preparação para desafios futuros. A empresa também mantém parcerias com o Instituto de Transporte e Logística e a Fundação Dom Cabral para concessão de bolsas de MBA a líderes, e incentiva a educação formal por meio de verbas de capacitação e cursos externos.

Atração, Retenção e Sucesso

O processo de atração e seleção do MetrôRio prioriza a transparência, a diversidade e o alinhamento à cultura organizacional. Antes da abertura de vagas externas, há avaliação de talentos internos, com prioridade para movimentações e promoções de colaboradores da casa.

A sucessão de lideranças é conduzida de forma estruturada, com mapeamento de competências e potenciais por meio do TRILHAR e análise em comitês de carreira, que geram o Mapa Sucessório da organização. Essa prática assegura continuidade na gestão e valorização dos profissionais que se destacam internamente.

Saúde, Segurança e Bem-Estar

A segurança e o bem-estar das pessoas estão no centro da atuação da Companhia. Em 2025, a empresa reforçou seus programas de saúde ocupacional, prevenção de acidentes e qualidade de vida, com foco em segurança comportamental e atendimento humanizado.

As ações incluíram treinamentos on-the-job, brigada voluntária, plano de CIPA 2024/2025, implantação da sistemática de Permissão de Trabalho (PT) e monitoramento de indicadores de segurança, como taxa de frequência, gravidade e dias perdidos por acidente.

O Programa de Qualidade de Vida foi ampliado para as estações, oferecendo serviços de nutrição, psicologia, quiropraxia, shiatsu e ginástica laboral, além de assistência social aos colaboradores. Essas iniciativas reforçam o compromisso da empresa com um ambiente de trabalho seguro, saudável e produtivo.

ESG

Em 2025, o MetrôRio avançou em sua agenda de sustentabilidade, consolidando práticas nas dimensões ambiental, social e de governança e reforçando seu compromisso com ética, inclusão e transparência.

Governança e Reconhecimentos

A companhia aderiu ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU) que reforça o compromisso das empresas brasileiras com a ética e a transparência. Além disso, o MetrôRio manteve-se signatário do Pacto Global da ONU e seguiu operando em conformidade com as certificações ISO 37001 (Gestão Antissuborno) e ISO 37301 (Gestão de Compliance) obtidas em ciclos anteriores.

A empresa também obteve, pela segunda vez, o selo "Melhores Empresas para Trabalhar" concedido pelo Great Place to Work (GPTW), reconhecimento do ambiente positivo e inclusivo proporcionado às suas equipes.

Agenda Ambiental

O MetrôRio consolidou a prática de mensuração de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), publicando em 2025 seu inventário certificado por entidade independente no âmbito do Programa Brasileiro GHG Protocol. Como resultado, conquistou o Selo Ouro, nível máximo concedido a empresas que apresentam inventários completos e verificados.

Na frente hídrica, a companhia iniciou parceria com especialistas para identificar oportunidades de otimização no uso da água em suas estações, reforçando sua atuação em economia de recursos naturais.

Diversidade, Equidade e Inclusão

A Companhia intensificou sua estratégia de diversidade e inclusão, alinhada às metas corporativas:

- 20% de mulheres em cargos de liderança operacional (supervisão) até o final de 2025; patamar atual de 12% em dezembro/25.
- 30% de pessoas negras em cargos de liderança média e sênior até o final de 2025; meta já superada, com 36% alcançados em dezembro/25.
- O programa de Diversidade, Equidade e Inclusão é conduzido pelo Núcleo de Diversidade, responsável por coordenar iniciativas que abrangem também:
 - Crachá social como instrumento de identidade e pertencimento;
 - Grupos de afinidade e compromissos institucionais de inclusão;
 - Campanhas de sensibilização para público interno e clientes;
 - Monitoramento de indicadores-chave de diversidade;
 - E-learning de diversidade e treinamentos específicos para a liderança e a linha de frente;

Programa Jovem Aprendiz exclusivo para mulheres;

Inclusão de pauta fixa de diversidade nos encontros trimestrais de liderança.

Impacto Social

As atividades da HMOBI dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, contribuindo para áreas como geração de empregos e redução da pobreza (ODS 1 e 8), saúde e da qualidade de vida (ODS 3), diversidade e inclusão (ODS 5 e 10), mobilidade urbana sustentável (ODS 11), eficiência energética e mitigação climática (ODS 7 e 13), além de governança pautada pela ética e transparência (ODS 16). As iniciativas da Companhia geram impacto positivo para cidades mais sustentáveis e inclusivas, ainda que não possam metas formais vinculadas à Agenda 2030.

A pauta ESG integra o Planejamento Estratégico do MetrôRio e é apresentada periodicamente ao Conselho de Administração. Apesar de ainda não contar com matriz formal de riscos voltada a ESG, a gestão do tema vem sendo incorporada de forma transversal às suas práticas de governança.

Em linha com a evolução regulatória, a Companhia iniciou a preparação para atender à Resolução nº 193 da CVM, que torna obrigatória a adoção do IFRS S1 e S2 a partir da data-base de 31/12/2026, com divulgação em 2027. Em 2025, foram conduzidos estudos diagnósticos para avaliar o grau atual de aderência e identificar necessidades de adaptação, garantindo maior maturidade nos futuros relatórios de sustentabilidade.

Assim, em 2025, o MetrôRio fortaleceu sua governança, ampliou o reconhecimento público e avançou em sua agenda ambiental e social, consolidando-se como uma empresa comprometida em gerar impacto positivo para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade.

CONTEXTO ECONÔMICO

O crescimento da economia brasileira deve continuar favorecendo a demanda por transporte público em 2026. Após expansão estimada em 2,3% em 2025, segundo o Ministério da Fazenda, as projeções de mercado compiladas no Relatório Focus do Banco Central indicam crescimento moderado do PIB entre 1,8% e 2,0% em 2026.

No estado do Rio de Janeiro, espera-se a continuidade da melhora dos indicadores de consumo, emprego e renda, com expansão da ocupação e aumento do rendimento médio real, fatores diretamente relacionados ao fluxo de passageiros do sistema metroviário, conforme dados da PNAD Contínua e da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, além do IBC-B Regional do Banco Central. A consolidação do retorno às atividades presenciais, somada à manutenção de uma agenda relevante de eventos culturais, esportivos e de entretenimento na cidade, reforça a perspectiva de crescimento da demanda por transporte de alta capacidade, conforme informações da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Secretaria Municipal de Turismo. No setor de mobilidade urbana, seguem em discussão medidas regulatórias voltadas à modicidade tarifária, integração modal e priorização dos modos estruturantes, com potencial de avanço ao longo de 2026, conforme estudos do Ministério das Cidades, BNDES e ANTP.

Nesse contexto, o MetrôRio seguirá preparado para acompanhar o crescimento da demanda, apoiada em investimentos contínuos em manutenção, inovação tecnológica e capacitação de suas equipes, mantendo o compromisso de oferecer à população carioca um transporte público seguro, eficiente e de qualidade.





CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



DESTAQUES 2025

Em 2025 o MetrôRio apresentou um desempenho operacional consistente, alinhado às suas expectativas, evidenciando sua resiliência e capacidade de adaptação frente a desafios no cenário econômico. Os totais informados nas tabelas deste relatório podem apresentar pequenas variações devido a arredondamentos. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao ano de 2024.

DESTAQUES

Receita Líquida: R\$1.198,7 milhões (+27,5% vs. 2024), influenciado pela combinação do aumento da tarifa média com o aumento de passageiros pagantes.

Custos e Despesas Operacionais: R\$909,5 milhões (+16,2% vs. 2024), impactado pelo gasto com Locação de Trens e Sistemas após o MetrôRio assumir a concessão da Linha 4 (-R\$124,7 milhões) e, compensado, em parte, pela redução significativa nos custos operacionais, em função do novo contrato de fornecimento de energia incentivada e devido à redução na Depreciação & Amortização como reflexo do aumento do prazo de concessão prevista no TA 10.

EBITDA: R\$428,2 milhões (-28,6% vs. 2024) e Margem EBITDA de 35,7% (-28,1 p.p. vs. 2024). Excluindo o efeito do Ressarcimento Emergencial (+R\$256,6 milhões) ocorrido em 2024, o EBITDA apresentou crescimento de +24,7% no ano de 2025 vs. 2024.

Outras receitas (despesas) operacionais: R\$5,6 milhões (-98,0% vs. 2024), redução devido à receita não recorrente no ano anterior, na ordem de R\$256,6 milhões, referente à parcela de Ressarcimento Emergencial do período de janeiro a dezembro de 2021.

Endividamento: 4,0x Dívida Líquida/EBITDA em dezembro/25.

Destaque Operacionais e Financeiros (em milhões)	2025	2024	R\$ VAR	% VAR
Receita Líquida	1.198,7	940,1	258,7	27,5%
Custos e Despesas	(909,5)	(782,8)	(126,7)	16,2%
EBITDA	428,2	600,0	(171,8)	-28,6%
Margem EBITDA	35,7%	63,8%	-28,1 p.p.	
Lucro (Prejuízo) Líquido	13,8	338,3	(324,4)	-95,9%
Dívida Líquida / EBITDA	4,0x	1,6x	+2,6 p.p.	
Passageiros Transportados	186,4	184,0	-	1,3%
Passageiros Pagantes	162,1	160,5	-	1,0%

Novo Ciclo da Concessão | Assinatura de Instrumentos Contratuais

Em 10 de abril de 2025, o MetrôRio e o Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) concluíram a assinatura do Décimo Termo Aditivo Contratual ("TA 10"), um marco que promove transformações no Contrato de Concessão.

Mudanças no ambiente jurídico e regulatório:

Unificação das Linhas 1, 2 e 4: a concessão dessas linhas foi integrada em um único contrato, resultando em simplificação operacional e contratual.

A concessão da Linha 4 que até então pertencia à Concessionária Rio Barra S.A. foi cedida ao MetrôRio, em caráter irrevogável e irretroatável, sem que o MetrôRio assumisse quaisquer obrigações anteriores à Cessão, cabendo integralmente e exclusivamente à Concessionária Rio Barra S.A. a responsabilidade por quaisquer atos e omissões anteriores à Cessão.

Prorrogação do prazo de concessão: o prazo da concessão das Linhas 1, 2 e 4 foi unificado e estendido, passando a vigorar até janeiro de 2048. O novo prazo representa um aumento de 10 anos no prazo das Linhas 1 e 2 e de 12 anos no prazo da Linha 4.

Compartilhamento do risco de demanda: renegociação de termos da concessão, incluindo novos parâmetros de compartilhamento do risco de variação de demanda entre o Estado e o MetrôRio.

Mudanças no ambiente financeiro:

Obrigação de investimento: retomada das obras da Estação Gávea, com compromisso de aporte no valor de até R\$600 milhões pelo MetrôRio. Por sua vez, o Estado do Rio de Janeiro assume a responsabilidade de aportar R\$97 milhões e exclusivamente a responsabilidade por pleitos adicionais do Consórcio Construtor.

Quitação mútua de obrigações: quitação mútua de obrigações relacionadas a eventos preferências da concessão.

NOVO CICLO DA CONCESSÃO

Obra da Estação Gávea

A retomada da obra da Estação Gávea representou um instrumento fundamental para a resolução de um cenário de alta complexidade, diante da necessidade de superar impasses jurídicos, regulatórios e administrativos entre o Estado do Rio de Janeiro e a antiga concessionária da Linha 4, a Concessionária Rio Barra S.A., os quais inviabilizavam a retomada de investimentos no sistema metroviário no Estado. Nesse contexto, participaram da elaboração e da conclusão do 10º TA o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o Consórcio Construtor da Linha 4 e a Concessionária Rio Barra S.A.

O contrato de construção firmado segue o modelo EPC-Turnkey e o consórcio construtor contratado pelo MetrôRio com anuidade da Rio Trilhos é formado por empresas que já atuavam até a interrupção das obras e tem o Estado do Rio de Janeiro como interveniente-anuente.

Estão previstos investimentos que totalizam R\$697,0 milhões, corrigidos pela variação do INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), sendo que cabe exclusivamente ao Estado do Rio de Janeiro a responsabilidade por eventuais valores adicionais decorrentes de pleitos do Consórcio Construtor.

Nos termos do TA 10, o MetrôRio não assume responsabilidade pela qualidade, solidez, segurança e funcionalidade, nem por vícios ou defeitos de qualquer parcela já realizada da obra da Estação Gávea e tampouco por quaisquer atos e omissões relacionados à construção e às obras da Linha 4 anteriores à assunção da concessão da Linha 4.

A retomada da obra após a assinatura possibilitou o avanço de etapas fundamentais para a construção e entrega da Estação Gávea. Desde então, os trabalhos vêm sendo executados em conformidade com o cronograma planejado, com foco na segurança e na eficiência.

A conclusão das obras está prevista para um período aproximado de 40 meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início que se deu em 28 de maio de 2025. Atualmente, a obra apresenta um avanço físico de 12% em relação ao cronograma previsto. Destaca-se, como marco relevante em 2025, a conclusão do esgotamento de água dos poços em 07 de novembro de 2025, etapa na qual foram retirados aproximadamente 60 milhões de litros de água acumulados, sem intercorrências. No momento, a obra encontra-se na fase de escavação em rocha, serviço iniciado em novembro de 2025. Paralelamente, as equipes de engenharia e planejamento seguem com o desenvolvimento dos projetos executivos das próximas etapas da obra civil, bem como da implantação dos sistemas metroviários.

DESTAQUES 2025

Pagamentos de dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2025, os acionistas de MetrôRio aprovaram dividendos no montante total de R\$240,3 milhões, com pagamento realizado no dia 30 de abril de 2025.

10ª Emissão de debêntures do MetrôRio | Resgates Antecipados

Em setembro de 2025, os Conselhos de Administração da controladora HMOBI e do MetrôRio aprovaram a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, no montante de R\$2,8 bilhões. A emissão, liquidada em 02 de outubro de 2025, possui prazo de 16 anos e 6 meses, com vencimento em 15 de março de 2042 e remuneração de IPCA + 7,8868% ao ano.

Ainda no quarto trimestre de 2025, foram realizados os resgates antecipados facultativos totais da 9ª Emissão de Debêntures da Companhia e da 5ª Emissão de Debêntures da Metrobarra, que havia sido herdada pela Companhia quando da incorporação de Metrobarra, como parte da estratégia de otimização da estrutura de capital.

Incorporação da Metrobarra pelo MetrôRio

Em outubro de 2025, houve a aprovação da incorporação da Metrobarra pelo MetrôRio. A operação, deliberada em Assembleias Gerais de ambas as Companhias, teve como objetivo simplificar a estrutura societária do grupo controlado pela Hmobi Participações S.A., gerar sinergias operacionais e otimizar fluxos financeiros. Com a incorporação, o MetrôRio passa a concentrar integralmente os ativos e passivos das Linhas 1, 2 e 4, fortalecendo suas bases patrimonial, operacional e administrativa.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Demanda

	Passageiros Pagantes (em milhões)			Tarifa Média*		
	2025	2024	% VAR	2025	2024	% VAR
Sistema**	162,1	160,5	1,0%	7,73	7,44	3,9%

* O cálculo da tarifa média leva em consideração a tarifa regulatória e exclui receitas extraordinárias e recomposições de receitas indenizadas pelo Estado. Ainda para o cálculo da tarifa média, nos períodos de 2024 foram considerados a receita e os passageiros pagantes das Linhas 1 e 2 e a partir de abril/25 são considerados os valores das Linhas 1, 2 e 4.

** Considera como Sistema a totalidade de passageiros das Linhas 1, 2 e 4 nos respectivos períodos.

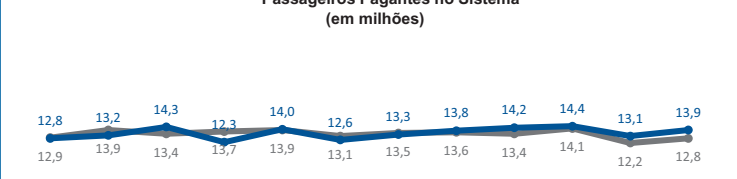
Com a assinatura do TA 10, em abril/25, que formalizou a unificação das concessões das Linhas 1, 2 e 4, os dados operacionais passaram a ser analisados de forma consolidada a partir desse período.

Na comparação entre o ano de 2025 vs. 2024, a demanda apresentou crescimento tanto em dias úteis, quanto nos finais de semana. O impacto positivo pode ser explicado, em partes, aos dias típicos de verão e captação de demanda em eventos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro.

Passageiros Transportados no Sistema (em milhões)



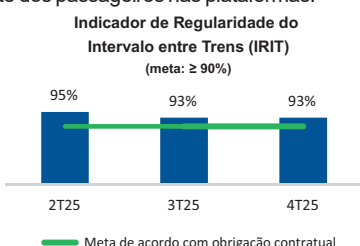
Passageiros Pagantes no Sistema (em milhões)



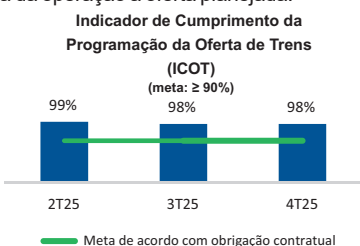
Indicadores de desempenho operacional

Com a assinatura do TA 10, em abril de 2025, foram redefinidos os seguintes Indicadores de Desempenho Operacional e suas respectivas obrigações:

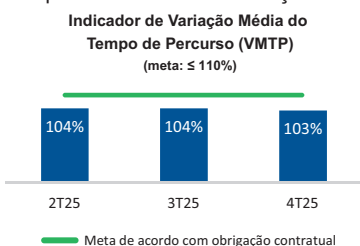
■ **Indicador de Regularidade do Intervalo entre Trens (IRIT):** mede a regularidade dos intervalos entre trens, garantindo a previsibilidade da operação e a confiabilidade do serviço prestado. A manutenção de intervalos regulares melhora a fluidez do transporte dos passageiros nas plataformas.



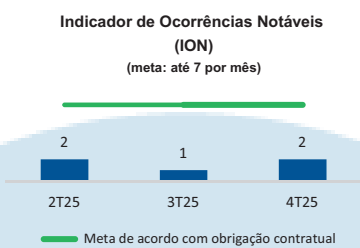
■ **Indicador de Cumprimento da Programação da Oferta de Trens (ICOT):** mede o grau de aderência da operação à oferta planejada.



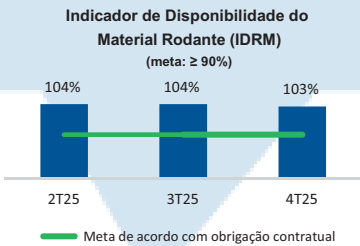
■ **Indicador de Variação Média do Tempo de Percurso (VMTP):** monitora a aderência do tempo real de percurso dos trens em relação ao tempo previsto.



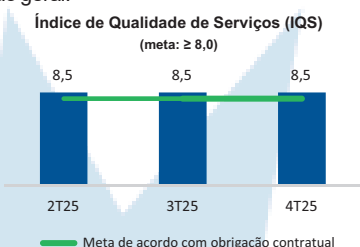
■ **Indicador de Ocorrências Notáveis (ION):** mede a frequência de eventos que impactam significativamente a operação, causando atrasos e interrupções no serviço prestado.



■ **Indicador de Disponibilidade do Material Rodante (IDMR):** monitora a disponibilidade dos trens nos horários de pico.



■ **Índice de Qualidade de Serviços (IQS):** realizada em todas as 41 estações do sistema do MetrôRio, com mais de mil clientes entrevistados. Avaliação de 16 atributos e avaliação geral.



RESULTADOS FINANCEIROS

Receitas

Receita (R\$ milhões)	2025	2024	R\$ VAR	% VAR
Receitas Tarifárias	1.166,5	901,1	265,4	29,5%
Receita de Locação	68,0	68,4	(0,4)	-0,6%
Receita Bruta	1.234,5	969,5	265,0	27,3%
Deduções da Receita Bruta	(35,8)	(29,5)	(6,3)	21,4%
Receita Líquida	1.198,7	940,1	258,7	27,5%
Outras Receitas	5,6	258,6	(280,0)	-98,0%
Receitas Totais	1.204,4	1.225,7	(21,3)	-1,7%

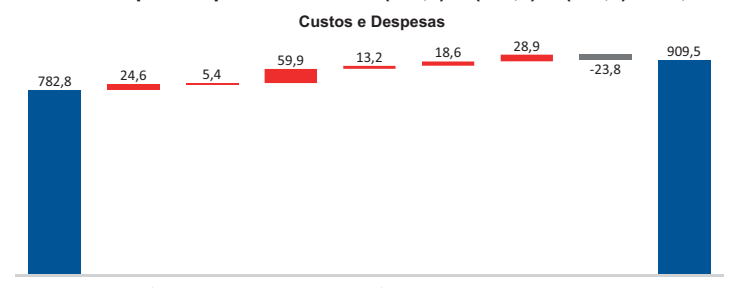
Com a assinatura do TA 10, a composição da Receita Tarifária passou a ser composta pelas receitas provenientes das tarifas arrecadadas das Linhas 1, 2 e 4, cuja concessão foi unificada pelo MetrôRio. Anteriormente, se limitava a arrecadação proveniente das Linhas 1 e 2, cuja concessão já pertencia ao MetrôRio.

A Receita Bruta da Companhia atingiu o R\$1.234,5 milhões no ano 2025 (+27,3% vs. 2024). A Receita Tarifária, que no ano de 2025 foi de R\$1.166,5 milhões (+29,5% vs. 2024), cuja variação é decorrente, principalmente, do aumento no fluxo de passageiros pagantes e do reajuste tarifário de 5,33% ocorrido em abril de 2025.

Em 2025, as Receitas Acessórias representaram R\$68,0 milhões, indicando uma redução de 0,6% vs. 2024. Essa redução é explicada pelo fim de um repasse adicional, por parte do operador de mídia, como compensação do período de pandemia. As Receitas Totais apresentaram redução de -1,7% no 2025 vs. 2024, em função do efeito não recorrente de R\$256,6 milhões reconhecido em 2024 em Outras Receitas, referente ao Ressarcimento Emergencial de 2021.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ milhões)	2025	2024	R\$ VAR	% VAR
Pessoal	(315,2)	(290,6)	(24,6)	8,5%
Conservação & Manutenção	(152,3)	(147,0)	(5,4)	3,7%
Operacionais	(243,4)	(183,6)	(59,9)	32,6%
Despesas Administrativas	(48,0)	(34,9)	(13,2)	37,8%
PDD	(24,0)	(5,4)	(18,6)	346,2%
Contingências	6,9	35,7	(28,9)	-80,8%
Depreciação & Amortização	(133,3)	(157,2)	23,8	-15,2%
Custos & Despesas Operacionais	(909,5)	(782,8)	(126,7)	16,2%



Os Custos e Despesas do MetrôRio apresentaram variação de +16,2% na comparação entre 2025 vs. 2024. Esta variação percebida no ano está diretamente relacionada à mudança na estrutura do negócio após o TA 10, em que o MetrôRio assumiu a concessão da Linha 4 e passou a ter gastos com Locação de Trens de Metrobarra. Tais gastos são refletidos como Operacionais e foram compensados, em parte, pela redução no custo com Energia Elétrica e pela redução na Depreciação & Amortização reflexo do aumento do prazo de concessão prevista no TA 10.

■ **Pessoal:** a variação decorre do reajuste estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), que definiu aumento salarial de 5,32%, além das alterações na legislação previdenciária que determinaram o retorno gradual da reoneração da folha de pagamento, elevando os encargos de INSS. O impacto da reoneração resulta tanto da mudança de alíquota quanto da transferência da concessão da Linha 4 para o MetrôRio, que ampliou a base de receita bruta sobre a qual incide a CPRB, gerando efeito de R\$ 11,4 milhões em relação a 2024.

■ **Conservação e Manutenção:** buscando manter o reconhecido nível de qualidade e segurança do sistema, a variação reflete principalmente o aumento de despesas com materiais e serviços de manutenção relacionados a área de via permanente (-R\$3,9 milhões vs. 2024).

■ **Operacionais:** impactado pelo gasto com Locação de Trens e Sistemas após o MetrôRio assumir a concessão da Linha 4 em abril de 2025 (-R\$124,7 milhões) e, compensado, em parte, pela redução significativa nos custos operacionais, em função do novo contrato de fornecimento de energia incentivada e devido à redução na Depreciação & Amortização como reflexo do aumento do prazo de concessão prevista no TA 10. O novo contrato de fornecimento de energia elétrica de fontes renováveis, tem prazo de 10 anos e o preço do MWh oferece melhores condições que o anterior, além de gerar benefício com a redução de 50% nas Taxas de Uso de Sistema de Distribuição e Transmissão (TUSD e TUST) (+R\$61,7 milhões vs. 2024).

■ **Despesas Administrativas:** em 2025, observa-se um aumento nos gastos com assessoria jurídica, no montante de R\$3,4 milhões influenciado pela assinatura do TA 10, além de um incremento de R\$3,5 milhões nas despesas com vendas decorrente da unificação da concessão da Linha 4.

■ **PDD:** a variação está relacionada ao impacto decorrente da assinatura do TA 10, com a baixa de passivos do Poder Concedente, relativos à gratuidades que encontravam-se pendentes de pagamento na assinatura do novo aditivo ao Contrato de Concessão.

■ **Contingências:** em 2025, houve reversões de contingências regulatórias no contexto do TA 10. Importante ressaltar, para fins de comparação, que em 2024, houve importantes reversões de contingências, entre elas, a decisão judicial favorável relacionada a cobrança de ICMS incidente sobre as tarifas de transmissão e distribuição de energia elétrica (R\$13,2 milhões) e no processo trabalhista movido pelo SIMERJ – Sindicato dos Metroviários do Estado do Rio de Janeiro, após decisão igualmente favorável à Companhia (R\$29,5 milhões).

■ **Depreciação & Amortização:** a depreciação e a amortização, calculadas pelo método da curva de demanda, consideravam originalmente o término da concessão em janeiro de 2038. Com a assinatura do TA 10, o prazo foi prorrogado por mais 10 anos, passando para janeiro de 2048, sendo necessário recalcular a depreciação e amortização pelo novo prazo, mais alongado, da concessão.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

Outras Receitas e Despesas (R\$ milhões)	2025	2024	R\$ VAR	% VAR
Receitas Regulatórias	-	256,6	(256,6)	-100,0%
Receita venda de energia	1,7	18,3	(16,6)	-90,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	4,0	10,8	(6,8)	-63,0%
Total de outras receitas e despesas operacionais	5,6	285,6	(280,0)	-98,0%

■ **Receitas regulatórias:** no ano de 2024, foi contabilizado o pagamento da parcela do Ressarcimento Emergencial, referente ao período de janeiro a dezembro de 2021 de acordo com o 8º Termo Aditivo, no valor de R\$256,6 milhões.

■ **Receita venda de energia:** em 2024 o consumo de energia foi menor que o projetado, gerando a possibilidade de se negociar no mercado spot a quantidade não consumida.

■ **Outras receitas (despesas) operacionais:** a variação no período acumulado do ano é atribuída à recuperação de créditos tributários ocorridas no exercício de 2024 (R\$5,5 milhões) e que não se repetiram em 2025.

EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ milhões)	2025	2024	R\$ VAR	% VAR
EBITDA	428,2	600,0	(171,8)	-28,6%
Lucro (Prejuízo) do período	13,8	338,3	(324,4)	-95,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	243,7	90,8	152,9	168,5%
(+) IRPJ & CSLL	37,4	13,9	23,5	169,4%
(+) Depreciação & Amortização	133,3	157,2	(23,8)	-15,2%
EBITDA Instrução CVM Nº 527/12	428,2	600,0	(171,8)	-28,6%
Receita Líquida	1.198,7	940,1	258,7	27,5%
Margem EBITDA (%)	35,7%	63,8%	-28,1 p.p.	

A Companhia registrou no ano de 2025 o EBITDA de R\$428,2 milhões (-28,6% vs. 12M24) e margem EBITDA de 35,7% (-28,1 p.p. vs. 12M24). Essa redução está atrelada, principalmente, ao efeito não recorrente do Ressarcimento Emergencial 2021, no exercício de 2024.

Excluindo o efeito não recorrente do EBITDA de 2024 a Companhia apresentou um aumento de +24,7% no ano de 2025 vs. 2024.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	2025	2024	R\$ VAR	% VAR
Receitas Financeiras	95,9	111,9	(15,9)	-14,2%
Despesas Financeiras	(339,6)	(202,6)	(137,0)	67,6%
Resultado Financeiro	(243,7)	(90,8)	(152,9)	168,5%

</



METRÔ RIO

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



A incorporação tem por objetivo racionalizar e simplificar a estrutura societária do grupo, promovendo maior integração operacional e eficiência administrativa. A unificação das estruturas possibilita a otimização dos fluxos financeiros e de caixa, a redução de custos corporativos e o melhor aproveitamento de sinergias operacionais, especialmente nas áreas de manutenção, planejamento de investimentos e gestão contratual.

Com a operação, o MetrôRio passa a concentrar integralmente os ativos e passivos da Metrobarra, incorporando bens vinculados à Linha 4 do sistema metroviário do Rio de Janeiro, reforçando a solidez de sua base patrimonial e o controle centralizado das operações. O valor contábil do patrimônio líquido incorporado foi de R\$904 mil, conforme laudo de avaliação elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., com data-base de 30 de setembro de 2025.

Para o MetrôRio, o movimento reforça sua visão de longo prazo, com uma estrutura mais simples, integrada e financeiramente sustentável, preparada para apoiar o crescimento e os investimentos futuros no sistema metroviário carioca. Para a controladora Hmobi Participações S.A., a operação representa um avanço relevante na consolidação de sua estrutura corporativa, em linha com o compromisso de governança, eficiência e transparência na gestão de seus investimentos.

INVESTIMENTOS

Capex

Adições no Período (R\$ milhões)	2025
Total Imobilizado	4,5
Investimento na concessão	14,5
Aquisição/aplicação de Materiais	46,1
Infraestrutura em construção	68,0
Gávea	47,1
Total Intangível e Infraestrutura em construção	175,7
CAPEX TOTAL	180,2

Ao longo do ano de 2025, foram realizados R\$180,2 milhões em investimentos, concentrados principalmente no prolongamento da vida útil dos ativos operacionais e nas obras da Estação Gávea.

Os investimentos na concessão são investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias permanentes, subestações de energia e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação do sistema.

AUDITORES INDEPENDENTE

A política do MetrôRio junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está fundamentada nos princípios que preservam a independência dos auditores. Esses princípios se baseiam no fato de que os auditores não podem prestar serviços de consultoria, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. AKPMG Auditores Independentes Ltda ("KPMG"), é atualmente a responsável pela prestação de serviços de auditoria independente nos exercícios sociais de 2024 a 2026.

Os serviços prestados pelos nossos auditores no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contemplaram a auditoria e revisão das demonstrações financeiras, a asseguarção do desempenho de índices financeiros (covenants), a emissão de carta conforto para fins de oferta e laudo de avaliação para fins de incorporação. O montante de honorários incorridos com os serviços prestados no exercício de 2025 foi de R\$ 222,2 mil.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026

Guilherme Walder Mora Ramalho
Diretor de Relações com Investidores

Equipe de Relação com Investidores
Daniel Azevedo
Roberto Souto
Larissa Berto

e-mail: dri@metrorio.com.br
telefone: +55 21 3211-6172 // +55 21 99517-9264
site: <https://ri.metrorio.com.br/>

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026. Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio, divulga do ano de 2025. Foram realizadas comparações com o mesmo período do ano de 2024, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (ATIVOS) (PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	Notas 31/12/2025		31/12/2024			Notas 31/12/2025		31/12/2024	
Circulante					Passivo e patrimônio líquido				
Caixa e equivalentes de caixa	4	800.985	311.169		Circulante				
Aplicações financeiras	5	107.528	202.821		Fornecedores	16	89.700	146.318	
Contas a receber	6	151.275	178.540		Adiantamentos	9,2	33.639	-	
Estoques	7	99.338	89.459		Debêntures e empréstimos	17	-	127.070	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8(a)	29.743	11.860		Passivo de arrendamento	13	617	-	
Tributos a recuperar	8(a)	6.725	11.400		Tributos a recolher	8(c)	6.581	3.884	
Adiantamentos	9,1	52.596	11.768		Obrigações com empregados	12	47.796	44.509	
Despesas antecipadas	9,3	27.574	14.709		Obrigações com poder concedente	18	312.131	-	
Contas a receber - Partes relacionadas	11	-	4.276		Adiantamentos de clientes	21	3.224	4.480	
Outras contas a receber	10	553	14.864		Dividendos a pagar	11	3.287	60.084	
Total do ativo circulante		1.276.317	850.866		Contas a pagar - Partes Relacionadas	11	-	32	
Não circulante					Outras contas a pagar		426	756	
Aplicações financeiras	5	-	122.682		Total do passivo circulante		497.401	387.133	
Contas a receber	6	-	98.528		Não circulante				
Ativo fiscal diferido	8(b)	212.873	242.272		Debêntures	17	2.602.310	1.324.953	
Tributos a recuperar	8(a)	7.165	-		Passivo de arrendamento	13	3.616	-	
Despesa antecipada	9,3	5.101	1.011		Obrigações com poder concedente	18	203.593	-	
Depósitos judiciais	22(c)	13.148	10.397		Concessão de serviço público	19	10.206	14.182	
Outras contas a receber	10	6.429	-		Provisão para riscos processuais	22	11.623	19.782	
Adiantamentos	9,1	27.193	-		Receita diferida	20	955	1.157	
Ativo de direito de uso	13	4.188	-		Outras contas a pagar		4.515	3.776	
Imobilizado	14	21.020	21.480		Total do passivo não circulante		2.836.818	1.363.850	
Intangível	15	2.538.485	1.945.076		Patrimônio Líquido				
Infraestrutura em construção	15	705.320	110.489		Capital social	23(a)	1.459.820	1.458.916	
Total do ativo não circulante		3.540.922	2.551.935		Reserva de lucros	23(b)	13.341	192.902	
Total do ativo		4.817.239	3.402.801		Dividendos adicionais propostos	23(d)	9.859	-	
					Patrimônio líquido		1.483.020	1.651.818	
					Total do passivo e do patrimônio líquido		4.817.239	3.402.801	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)

	Notas 31/12/2025		31/12/2024		Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.458.916	-	-	(85.276)	1.373.640
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	338.262
Absorção de prejuízo	-	-	-	85.276	(85.276)
Destinação do lucro	23(b)	12.649	180.253	-	(192.902)
Dividendos mínimos obrigatórios	23(c)	-	-	-	(60.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.458.916	12.649	180.253	-	1.651.818
Aumento de capital social	23(a)	904	-	-	904
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.838
Destinação do lucro	23(b)	-	692	-	(692)
Distribuição de dividendos intermediários	23(c)	-	(180.253)	-	(180.253)
Dividendos mínimos obrigatório	23(c)	-	-	-	(3.287)
Dividendos adicionais propostos	23(d)	-	-	9.859	(9.859)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.459.820	13.341	-	-	1.483.020

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)

	Notas 31/12/2025		31/12/2024	
Receitas		1.221.579		1.253.991
Prestação de serviços	23	1.234.483	969.520	
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	24	(21.196)	(2.448)	
Outras receitas		8.292	286.919	
Insunhos adquiridos de terceiros		(384.459)	(310.218)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(381.620)	(307.269)	
Perda/recuperação de valores ativos		(2.839)	(2.938)	
Outros custos		-	(11)	
Valor adicionado bruto		837.120	943.773	
Retenções		(136.013)	(159.586)	
Depreciação e amortização	13 e 14	(136.013)	(159.586)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		701.107	784.187	
Valor adicionado/recebido em transferência		92.476	106.609	
Mais (menos) valia - Reversão para riscos processuais		(3.460)	(5.241)	
Receitas financeiras	27	95.936	111.850	
Total valor adicionado a distribuir		793.583	890.796	
Distribuição do valor adicionado		793.583	890.796	
Pessoal, e encargos		274.716	262.380	
Remuneração direta		181.140	162.005	
Benefícios		77.980	84.405	
FCTS		13.861	13.206	
Outros		1.735	2.764	
Impostos, taxas e contribuições		111.930	71.740	
Federais		53.339	35.270	
Imposto de renda e contribuição social diferido		29.399	13.868	
Estaduais		5.724	4.453	
Municipais		23.468	18.149	
Remuneração capital de terceiros		393.099	218.414	
Juros		224.575	186.469	
Aluguéis		7.954	4.588	
Outras		160.570	27.357	
Remuneração de capital próprio		13.838	338.262	
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores		13.838	338.262	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("MetrôRio" ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade por ações" em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores e tem como seu único acionista a HMOBI Participações S.A. ("HMOBI"), que por sua vez tem como acionistas: IAV FIP, Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF ("Funcef"), Fundação Petrobras de Segurança Social - PETROS ("Petros"), Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI ("PREVI").

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("GERJ" ou "Poder Concedente") transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

O Poder Concedente reajusta o valor das tarifas anualmente, a partir do dia 31 de janeiro de cada ano, com base na variação do IPCA publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida nos 12 (doze) meses anteriores.

Em 07 de maio de 2021, o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro assinaram o sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, contemplando dentre outros itens:

(i) a redução do valor aprovado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro - AGETRANSP do Valor Máximo Unitário de Tarifa Padrão de R\$ 6,2654 para R\$ 5,8335; (ii) a resolução consensual para extinção de certos processos judiciais que têm por objeto desequilíbrio na equação econômico-financeira do Contrato de Concessão em favor do Poder Concedente no valor de R\$ 197.943; e (iii) fixação da nova tarifa em R\$ 5,80, após arredondamento previsto em contrato, a ser aplicada a partir de 11 de maio de 2021.

Em 1º de abril de 2022 o MetrôRio celebrou, com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "8º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos:

(i) regular as ações visando o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de março a dezembro de 2020 no valor total de R\$ 327.747, sendo R\$ 286.068 da parcela principal e R\$ 41.679 referente a atualização monetária pelo IPCA. O ressarcimento, conforme previsto no Termo Aditivo, foi pago em 4 (quatro) parcelas ao longo do ano de 2022.

(ii) Segundo o mesmo Termo Aditivo após a homologação do valor do ressarcimento emergencial referente ao período de janeiro a dezembro de 2021 pela AGETRANSP, tal valor deverá ser pago em até seis meses após a deliberação final. Em 2 de outubro de 2024 foi homologado e registrado no valor total de R\$ 310.542, sendo R\$ 256.580 da parcela principal e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária pelo IPCA, conforme nota explicativa 23;

(iii) disciplinar o novo reajuste tarifário ordinário em 12% (doze por cento) sobre a tarifa vigente, tendo como nova tarifa praticada no valor de R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), e homologada de R\$ 6,82 (seis reais e oitenta e dois centavos). Adicionalmente, ficou acordado que a partir de 02 de abril de 2022, o MetrôRio aplicará o desconto no valor de R\$ 0,30 (trinta centavos) sobre o Valor Máximo Unitário da Tarifa Padrão durante o período de 24 meses, desconto esse que retornará ao Sistema Metroviário mediante contrapartida de realização de investimentos pelo Poder Concedente;

(iv) a alteração do §15º da Cláusula Sétima do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, para estabelecer novas formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Em 26 de dezembro de 2022, por força do ato de deliberação previsto no 8º Termo Aditivo, o MetrôRio celebrou com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), o "Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros" ("Contrato de Concessão" e "9º Aditivo", respectivamente), tendo por objeto, dentre outros assuntos, disciplinar os termos e condições da contrapartida devida pelo Poder Concedente ao MetrôRio, no valor referencial de R\$ 109.504, referente a redução de R\$ 0,30 (trinta centavos de real) aplicada sobre o valor máximo unitário da tarifa padrão para os períodos de 02 de abril de 2022 a 11 de abril de 2023 e de 12 de abril de 2023 a 11 de

	Notas 31/12/2025		31/12/2024	
Receita operacional líquida	24	1.198.722	940.071	
Custo dos serviços prestados	25	(764.631)	(671.181)	
Lucro bruto		434.091	268.890	
Gerais e administrativas	25	(123.672)	(109.181)	
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	25	(21.196)	(2.448)	
Outras receitas operacionais	26	5.638	285.625	
Resultado operacional		294.861	442.886	
Receitas financeiras	27	95.936	111.850	
Despesas financeiras	27	(339.601)	(202.606)	
Resultado financeiro líquido		(243.665)	(90.756)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		51.196	352.130	
Imposto de renda e contribuição social		(37.358)	(13.868)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	8(d)	(7.959)	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(29.399)	(13.868)	
Lucro líquido do exercício		(3.287)	338.262	
Quantidade média de ações ao final do exercício		1.613.938	1.613.694	
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (Em reais)	28	0,0086	0,2096	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025		31/12/2024	
Lucro líquido do exercício		13.838		338.262
Outros resultados abrangentes		-		-
Resultado abrangente total do exercício		13.838		338.262

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Em milhares de reais)

	Notas 31/12/2025		31/12/2024	



METRÔ RIO

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



("Linhas 1 e 2") e o Contrato de Concessão nº L4/98, celebrado em 21.12.1998 ("Contrato L4"). A celebração de qualquer instrumento ou acordo em decorrência dos estudos e tratativas regulados pelo Memorando depende da viabilidade do atendimento às premissas negociais apresentadas pelas partes e do acordo em relação aos eventuais instrumentos contratuais.

Em 27 de fevereiro de 2024 a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro ("AGETRANSP"), homologou o reajuste tarifário ordinário de 4,17%, tendo como nova tarifa regulatória o valor de R\$ 7,50 (sete reais e cinquenta centavos), que vigorará a partir de 12 de abril de 2024. Em 11 de abril de 2024 o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu a Tarifa Social para serviços de transporte metroviário, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), através da Edição do Decreto 49.039, que passou a vigorar a partir de 12 de abril de 2024, pelo prazo de 12 meses.

Em 2 de outubro de 2024, a Companhia celebrou o Termo de Ajustamento de Conduta, com Ministério Público, Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Concessionária Rio Barra S.A, Novonor S.A, Novonor Participações e Investimentos S.A, OEC S.A.- Em Recuperação Judicial, Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A, ZI Participações S.A, Consórcio Construtor Rio Barra, Consórcio Sul Linha 4, tendo por objeto a retomada e conclusão das obras da Estação Gávea da Linha 4 da concessão metroviária do

Estado do Rio de Janeiro, bem como o saneamento de relações contratuais pertinentes ao serviço público metroviário do Estado do Rio de Janeiro ("TAC").

Nos termos do TAC, dentre outros arranjos, ficaram acordados os termos e condições para (a) a transferência da concessão da Linha 4 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro da CRB para o MetrôRio; (b) a celebração do aditivo ao contrato de concessão das linhas 1 e 2 do Sistema Metroviário do Estado do Rio de Janeiro, para refletir a transferência da linha 4 ao MetrôRio, bem como a prorrogação do prazo (10 anos) para o novo contrato de concessão unificado até o ano de 2048; (c) a celebração do contrato de construção que tem como objeto a contratação das obras da Estação Gávea; (d) pagamento ao MetrôRio da indenização referente à redução de tarifa em R\$0,30 (trinta centavos), conforme previsão na Cláusula 4ª do 9º Termo Aditivo do Contrato das Linhas 1 e 2, no valor de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), a ser pago em até 30 dias da assinatura do presente TAC, e pagamento ao MetrôRio da parcela do *break-even*, referente ao período de janeiro de 2021 a dezembro de 2021 no valor de R\$256.580.033,97 (duzentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta mil reais), a ser atualizado até a data de assinatura do TAC, em dezesseis (16) parcelas iguais mensais e sucessivas, até 30/03/2026, sendo a primeira realizada 60 dias após a assinatura do TAC.

Em 10 de abril de 2025 o MetrôRio firmou instrumentos contratuais junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Concessionária Rio Barra S.A. ("CRB") e Consórcio Construtor para retomada das obras da estação da Gávea. Os instrumentos são: (i) a cessão da concessão da Linha 4 da CRB para o MetrôRio; (ii) o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com o Estado do Rio de Janeiro ("10º TACC"); e (iii) Contrato de Construção na modalidade EPC Turn-Key ("Contrato EPC"). Com a assinatura do 10º Termo Aditivo, o contrato passa a unificar a operação das Linhas 1, 2 e 4 sob gestão do MetrôRio, com prazo estendido de 2038 para 2048. O novo contrato também prevê:

- (a) renegociação de termos da concessão, incluindo novos parâmetros de compartilhamento do risco de variação de demanda entre o Estado e o MetrôRio;
- (b) quitação mútua de obrigações relacionadas a eventos passados da concessão; e
- (c) obrigação do MetrôRio de investir R\$ 600.000, corrigidos pelo INCC, na obra da Estação Gávea ("Aporte MetrôRio"). O Estado do Rio de Janeiro se comprometeu a complementar esse valor com R\$ 146.772 ("Aporte Estado"), conforme mencionado na nota explicativa 17.

A Companhia destaca que, conforme o 10º Termo Aditivo, a assunção da Linha 4 não implica responsabilidade do MetrôRio por eventuais vícios, falhas ou problemas estruturais da Estação Gávea ou por atos e omissões e passivos ocorridos antes da transferência da concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, o MetrôRio apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$ 778.916 (R\$463.733 em 31 de dezembro de 2024).

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos financeiros emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos financeiros (CPC), que estão em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência e a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações financeiras foi autorizado pela Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.2. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas

Normas novas e alterações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- **Alteração ao IAS 21/CPC 02 – Moeda não conversível em outra moeda:** As alterações introduzem critérios para avaliar se uma moeda é conversível e estabelecem a metodologia para estimar a taxa de câmbio à vista quando a conversibilidade não existe. A norma exige agora a divulgação dos processos de estimativa e dos riscos associados às operações em jurisdições com restrições cambiais, visando maior transparência sobre os impactos nos fluxos de caixa e no patrimônio líquido.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas e interpretações novas e alteradas emitidas ainda não vigentes

As seguintes normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

- **Alterações ao IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações a classificação e mensuração de instrumentos financeiros que aprimoram os critérios de desreconhecimento de passivos em liquidações eletrônicas e a aplicação do teste SPPI em ativos com cláusulas contingentes ou estruturas sem recurso (non-recourse). Adicionalmente, expandem as exigências de divulgação para instrumentos designados ao VJORA e para termos contratuais que impactem a tempestividade ou a variabilidade dos fluxos de caixa contratuais.

- **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entraram em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

- **IFRS 19: subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no

IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão quando entrarem em vigor.

2.3. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas financeiras críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de suas controladas no processo de aplicação das políticas financeiras materiais da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas nas Notas Explicativas nº 2.18.

2.4. Contrato de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. O ativo intangível deve ser amortizado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que se deu em função da curva de demanda, conforme prevista na orientação OCPC05.

2.5. Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

- (a) **Receitas de serviços**
As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, e corresponde a contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.
- (b) **Receitas de serviços**
A companhia reconhece as receitas acessórias com cessão de espaço e veiculação de anúncios pelo regime de competência e corresponde ao valor da contraprestação recebida.
- (c) **Receita de juros**
As receitas provenientes com passagem e receitas acessórias são reconhecidas no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.
- (c) **Receita de juros**
A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. O IFRS9/CPC48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, introduziu novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros, substituindo o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo de "perdas de créditos esperadas". A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de idade de vencimento.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.9. Adiantamentos

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. Os adiantamentos são apropriados ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

2.10. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados caso ocorra fato relevante que possa gerar impacto.

2.11. Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial dos passivos de arrendamento reconhecidos, ajustados custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos efetuados.

2.12. Intangível

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de aplicação nas obras de ampliação, estocadas no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.13. Obrigações com poder concedente

Refere-se à obrigação assumida no 10º TACC para investimento de R\$ 600.000 (base original), reajustados pelo INCC, na construção da Estação Gávea. A obrigação é reconhecida inicialmente pelo valor presente do fluxo de pagamentos, em contrapartida ao ativo intangível em andamento. Após o reconhecimento inicial, o passivo é liquidado conforme a evolução das medições da obra. Mensalmente, é realizada a apropriação dos encargos financeiros decorrentes do ajuste a valor presente (AVP), cuja contrapartida é capitalizada no custo do ativo intangível em andamento.

2.14. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases contábeis, entre partes conecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.15. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.16. Tributação

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas acessórias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,00%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	0,00%	7,6%	4,00%
Imposto sobre Serviço	ISS	2,00%	-	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda-calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.17. Benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

b) Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas à medida que o serviço relacionado seja prestado.

c) Planos de benefício definido

Plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

A Companhia mantém um Plano de Benefício Definido, atualmente com 200 participantes.

2.18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC T7 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

2.19. Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo exercício.

2.20. Julgamentos, estimativas e premissas financeiras materiais

a) Julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

b) Estimativas e premissas

Impostos
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Amortização do intangível

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Provisão com estimativa de crédito de liquidação duvidosa

A Companhia adota a política para o reconhecimento de perdas de clientes, considerando o modelo de "perdas de crédito esperadas", avaliando as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando do julgamento e avaliação para a provisão ou não, conforme percentual aplicado para cada nível de *aging* de vencimento.

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC03(R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

3. REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA – INCORPORAÇÃO DA METROBARRA S.A.

a) Contexto Operacional

Em 02 de outubro de 2025, as Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e de sua parte relacionada Metrobarra S.A. ("Metrobarra") aprovaram a Incorporação da Metrobarra pela Companhia, conforme termos do Protocolo e Justificação celebrados na mesma data. A operação insere-se no contexto de reorganização societária conduzida pela HMOBI Participações S.A., única acionista das Companhias, com o objetivo de promover maior racionalização e simplificação da estrutura societária



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



c) Acervo Líquido e Aumento de Capital

O acervo líquido da Metrobarra incorporado pela Companhia foi avaliado em R\$ 904.006,76 (novecentos e quatro mil, seis reais e setenta e seis centavos). Em contrapartida ao acervo líquido incorporado, o capital social da Companhia foi aumentado no montante exato correspondente. Foram emitidas 977.579 (novecentas e setenta e sete mil, quinhentas e setenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram inscritas e integralizadas pela acionista HMOBI Participações S.A. Conforme nota explicativa 23.

A composição do acervo líquido incorporado em 02 de outubro de 2025 é demonstrada a seguir:

	30/09/2025	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	14.881	6.472	19.871
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.358	794.513	291.298
Tributos a recuperar	558	-	-
Contas a receber - Partes relacionadas	21.600	-	-
Outras contas a receber	665	-	-
Total do ativo circulante	45.062	800.985	311.169
Não circulante			
Tributos a recuperar	7.165	-	-
Contas a receber - Partes relacionadas	21.617	-	-
Imobilizado	569.356	-	-
Intangível	5.541	-	-
Total do ativo não circulante	603.679	603.679	603.679
Total do ativo	648.741	1.404.664	914.848
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	5	-	-
Debêntures e empréstimos	81.914	-	-
Tributos a recolher	19	-	-
Obrigações com empregados	231	-	-
Contas a pagar - Partes Relacionadas	2.958	-	-
Total do passivo circulante	85.127	85.127	85.127
Não circulante			
Debêntures	562.710	-	-
Total do passivo não circulante	562.710	562.710	562.710
Total do passivo	647.837	647.837	647.837
Acervo líquido	904	904	904

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	6.472	19.871
Certificados de Depósito Bancário – CDB	794.513	291.298
Total de caixa e equivalentes de caixa	800.985	311.169

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós-fixado), com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações é em média 100,51% do CDI (103,60% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5. Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Certificados de Depósito Bancário – CDB (a)	107.528	182.375
Aplicação financeira vinculada – CDB (b)	-	20.446
Total aplicações financeiras	107.528	202.821
Não circulante		
Aplicação financeira vinculada – CDB (b)	-	122.682
Total aplicações financeiras	107.528	325.503

(a) A rentabilidade destas aplicações é em média 100,51% do CDI (103,60% do CDI em 31 de dezembro de 2024) e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos da Companhia. Estas aplicações financeiras não estão classificadas como equivalentes de caixa, pois possuem carência igual ou superior a 90 dias e após este período passam a ter liquidez diária.

(b) As aplicações financeiras vinculadas, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100% em 31 de dezembro de 2024 com a finalidade de atender as obrigações contratuais relacionadas as garantias da 9ª emissão de debêntures (nota explicativa 16).

Conciliação de aplicações financeiras e demonstrações do fluxo de caixa (DFC)

	31/12/2023	31/12/2024
Saldo em 31/12/2023	300.666	300.666
Aplicações e (resgates)	(16.454)	(16.454)
Rendimento s/ aplicações financeiras	41.291	41.291
Saldo em 31/12/2024	325.503	325.503
Aplicações e (resgates)	(271.449)	(271.449)
Rendimento s/ aplicações financeiras	53.474	53.474
Saldo em 31/12/2025	107.528	107.528

6. Contas a receber, líquidas

6(a) Contas a receber, líquidas

Os valores relativos a créditos a receber são:

	31/12/2025	31/12/2024
Receíveis do GERJ (a)	97.045	310.453
Receíveis do GERJ (b)	2.093	37.833
Receíveis do GERJ (c)	-	30.315
Venda de passagens (d)	46.602	555
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (e)	12.222	9.532
Outros	41	68
Total dos recebíveis	158.003	388.846

Cessão de direitos creditórios - Partes Relacionadas (f)

Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD")

	31/12/2025	31/12/2024
Total das contas a receber, líquido	151.275	277.068
Circulante	151.275	178.540
Não circulante	-	98.528

(a) Orinda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de janeiro a dezembro de 2021, corroborado pela assunção de obrigação do GERJ no Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") no valor total de R\$ 310.543, sendo R\$ 256.580 da parcela principal, e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária pelo IPCA.

(b) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos-ET Pós. Em atendimento ao acordo firmado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro (GERJ) na assinatura do 10º Termo Aditivo contratual, o MetrôRio renunciou aos créditos correspondentes às competências anteriores à unificação da concessão das Linhas 1, 2 e 4. Em decorrência dessa renúncia, os valores de ET Pós previamente provisionados foram revertidos da PECLD. Os processos judiciais encerrados após a unificação da concessão das Linhas 1, 2 e 4 continuarão sendo registrados nesta rubrica.

(c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016. No entanto, todos os valores em aberto encontravam-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de cessão), ou por vias administrativas. Após a assinatura do 10º Termo Aditivo, os valores relacionados às gratuidades que estavam registrados anteriormente foram incluídos no mesmo processo de renúncia definido no acordo, com o consequente reconhecimento das baixas.

(d) Venda de passagens a receber decorrem, principalmente, de vale-transporte eletrônico (Fetranspor) e de instituições financeiras pelas vendas em cartões de crédito e débito.

(e) Referem-se a valores a receber de contratos com terceiros relacionados à cessão de espaço e veiculação de anúncios.

(f) Referem-se a contrato de cessão de direitos creditórios firmado entre MetrôRio e a sua Controladora Hmobi Participações S.A., no qual a Hmobi adquiriu R\$ 60.000 em direitos creditórios do MetrôRio, com remuneração a mercado correspondente a 100% do CDI + 2% a.a. O montante foi integralmente liquidado no primeiro trimestre de 2025.

6(b) Aging do contas a receber

	31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a receber	PECLD	Contas a Receber	PECLD
A Vencer	94.248	-	312.900	-
Vencidos	-	-	-	-
Até 3 meses	51.814	(598)	8.807	(537)
De 3 a 6 meses	2.486	(1.193)	1.924	(1.263)
Acima de 6 meses	9.455	(4.937)	65.215	(49.978)
Total	158.003	(6.728)	388.846	(51.778)

6(c) Movimentação das perdas de créditos esperadas

Movimentação do saldo de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(51.778)	(49.330)
Adições	(3.359)	(4.762)
Reversões 10º termo aditivo (i)	48.230	-
Reversões	179	2.314
Saldo no fim do exercício/período	(6.728)	(51.778)

(i) Impacto decorrente do 10º Termo Aditivo conforme texto explicativo NE 6(b) e (c).

7. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais auxiliares, de manutenção e conservação	99.338	89.459
Total estoques	99.338	89.459

8. Impostos, taxas e contribuições

8(a) Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social	13.566	7.711
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	6.814	-
Tributos retidos na fonte (IRRF, CSLL) *	9.363	4.149
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	29.743	11.860
Tributos retidos na fonte (PIS e COFINS)	13.890	11.400
Tributos a recuperar	13.890	11.400
Circulante	6.725	11.400
Não circulante	7.165	-

* Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuições sociais retidas sobre receita acessória.

8(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados abaixo:

	31/12/2024	Reconhecido no resultado	31/12/2025
Natureza			
Prejuízo fiscal	190.363	(2.826)	187.537
Base negativa da contribuição social	69.318	(663)	68.655
Provisão para riscos processuais	6.412	(4.084)	2.328
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	17.605	(15.348)	2.257
Outros - provisões não dedutíveis	4.294	(122)	4.172
Participação nos lucros e resultado (PLR)	5.933	351	6.284
Total do ativo fiscal diferido	293.925	(22.692)	271.233
Amortização curva de demanda	(47.876)	(7.071)	(54.947)
Amortização do direito de concessão	(3.777)	364	(3.413)
Total do passivo fiscal diferido	(51.653)	(6.707)	(58.360)
Total do ativo fiscal diferido, líquido	242.272	(29.399)	212.873

	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2024
Natureza			
Prejuízo fiscal	181.592	8.771	190.363
Base negativa da contribuição social	65.868	3.450	69.318
Provisão para riscos processuais	21.378	(14.966)	6.412
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	16.772	833	17.605
Outros - provisões não dedutíveis	7.546	(3.251)	4.294
Participação nos lucros e resultado (PLR)	6.165	(232)	5.933
Outros	4.947	(4.947)	-
Total do ativo fiscal diferido	304.268	(10.342)	293.925

	31/12/2023	Reconhecido no resultado	31/12/2024
Amortização curva de demanda	(42.402)	(5.474)	(47.876)
Amortização do direito de concessão	(4.065)	288	(3.777)
Reembolso de gratuidade	(1.660)	1.660	-
Total do passivo fiscal diferido	(48.127)	(3.526)	(51.653)
Total do ativo fiscal diferido, líquido	256.141	(13.868)	242.272

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais realizados em até 7 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração, o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados nos seguintes anos:

Anos	31/12/2025
2026	25.976
2027	30.920
2028	34.828
2029 até 2032	121.149
Total das projeções de realização ativos fiscais diferidos	212.873

8(c) Tributos a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	2.298	710
ISS	2.346	1.650
INSS sobre terceiros	645	586
IRRF e CSRF	756	588
Taxa AGETRANSP	536	350
Total	6.581	3.884

8(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado – Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	51.196	352.130
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(17.407)	(119.724)
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:		
Baixa não dedutível de recebíveis	(17.363)	(999)
Participação nos lucros e resultado (PLR)	(3.277)	(812)
Outras despesas não dedutíveis	(315)	(3)
Adições	(20.955)	(1.814)
Ressarcimento emergencial 2021	-	105.585
Recuperação de créditos tributários	-	1.135
Outras receitas	885	225
Variáveis cambiais e monetárias	119	725
Exclusões	1.004	107.670
Imposto de renda e contribuição social total	(37.358)	(13.868)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.959)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.399)	(13.868)
Total dos impostos no resultado	(37.358)	(13.868)
Alíquota efetiva	73,0%	3,9%

9. Adiantamentos e despesa antecipada

9.1. Adiantamentos - Ativo

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	6.375	3.562
Construtora – EPC Gávea (*)	35.185	-
Construtora – EPC Gávea - GERJ (**)	29.354	-
Pessoal – 13º e Férias	8.875	8.206
Total adiantamentos	79.789	11.768
Circulante	52.596	11.768
Não circulante	27.193	-

(*) Adiantamento realizado ao consórcio construtor da Estação Gávea, conforme contrato EPC (vide Nota Explicativa 1). Os valores correspondem à parte de responsabilidade do MetrôRio.

(**) Adiantamentos efetuados ao consórcio construtor relativos à participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro ("GERJ"), conforme previsto no contrato EPC. Tais valores serão liquidados conforme o cronograma financeiro da obra.

9.2. Adiantamentos - Passivo

O montante de R\$ 33.639 corresponde a recursos recebidos do Estado do Rio de Janeiro ("GERJ"), que inicialmente são registrados no passivo como adiantamentos. Esses valores são baixados do passivo conforme a evolução da obra da Gávea e a emissão de medições pela construtora. O saldo remanescente refere-se à diferença entre os valores recebidos que ainda não foram abatidos por medições da construtora.

9.3. Despesa Antecipada

	31/12/2025	31/12/2024
Seguros (*)	26.984	11.701
Garantias TI (**)	5.691	4.019
Total despesa antecipada	32.675	15.720
Circulante	27.574	14.709
Não circulante	5.101	1.011

(*) Os principais seguros da companhia, incluso no saldo em aberto de despesas antecipadas,



METRÔ RIO

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



14. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos de 10 a 20	Equipamentos de informática de 5 a 10	Instalações 10	Móveis e utensílios 10	Veículos 20	Imobilizado em andamento	Total
Taxa de depreciação							
Saldos em 31/12/2024	72.924	35.378	-	15.447	776	979	125.504
Adições	748	2.591	11	497	63	575	4.485
Baixas	(13)	(37)	-	(48)	-	-	(98)
Transferência	80	-	762	-	-	-	842
Saldos em 31/12/2025	73.739	37.932	773	15.896	839	1.554	130.773
Saldos em 31/12/2024	(61.596)	(28.960)	-	(12.750)	(718)	-	(104.024)
Adições	(3.345)	(1.431)	-	(948)	(63)	-	(5.787)
Baixas	13	37	-	48	-	-	98
Saldos em 31/12/2025	(64.928)	(30.354)	-	(13.650)	(781)	-	(109.713)
Em 31/12/2025	8.811	7.578	773	2.246	58	1.554	21.020
Em 31/12/2024	11.328	6.418	-	2.697	58	979	21.480
Taxa de depreciação %							
Saldos em 31/12/2023	71.905	32.638	15.309	817	1.101	1.101	121.770
Adições	1.189	1.394	166	-	427	-	3.176
Baixas	(78)	(12)	(28)	(41)	(279)	-	(438)
Transferência (*)	(92)	1.358	-	-	(270)	-	996
Saldos em 31/12/2024	72.924	35.378	15.447	776	979	979	125.504
Saldos em 31/12/2023	(57.530)	(26.215)	(11.725)	(676)	-	-	(96.146)
Adições	(4.133)	(2.757)	(1.053)	(83)	-	-	(8.026)
Baixas	67	12	28	41	-	-	148
Saldos em 31/12/2024	(61.596)	(28.960)	(12.750)	(718)	-	-	(104.024)
Em 31/12/2024	11.328	6.418	2.697	58	979	979	21.480
Em 31/12/2023	14.375	6.423	3.584	141	1.101	1.101	25.624

Imobilizado em andamento. O saldo remanescente no imobilizado em andamento é composto dos projetos relacionados ao piloto automático, sinalização, sistemas de telecomunicação, peças para composição dos trens e adequações no centro de manutenção e no centro de controle operacional.

13. Intangível e Infraestrutura em construção

	Investimento na concessão 14(a)	Direito de concessão 14(b)	Peças salientes 14(c)	Software 10	Outros 10	Total	Infraestrutura em construção 14(c)	Total
Taxa de amortização %								
Saldos em 31/12/2024	2.100.887	1.666.970	59.199	43.901	14	3.870.971	110.489	3.981.460
Adições	13.940	53.729	46.141	375	-	114.185	630.871	745.056
Adições pela incorporação da Metrobarra	1.113.352	-	-	10.275	-	1.123.627	19.745	1.143.372
Baixas	(157)	-	(103)	-	-	(260)	(608)	(868)
Transferência (*)	93.842	107	(43.072)	3.458	-	54.335	(55.177)	(842)
Saldos em 31/12/2025	3.321.864	1.720.806	62.165	58.009	14	5.162.858	705.320	5.868.178
Saldos em 31/12/2023	(961.814)	(931.742)	-	(32.339)	(1.925.895)	-	(1.925.895)	(1.925.895)
Adições	(95.672)	(33.096)	-	(1.237)	-	(130.005)	-	(130.005)
Adições pela incorporação da Metrobarra	(559.750)	-	-	(8.723)	-	(568.473)	-	(568.473)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	(1.617.236)	(964.838)	-	(42.299)	(2.624.373)	-	(2.624.373)	(2.624.373)
Em 31/12/2025	1.704.628	755.968	62.165	15.710	14	2.538.485	705.320	3.243.805
Em 31/12/2024	1.139.073	735.228	59.199	11.562	14	1.945.076	110.489	2.055.565
Taxa de depreciação %								
Saldos em 31/12/2023	2.047.158	1.666.888	48.206	43.548	14	3.805.814	47.492	3.853.306
Adições	28.977	17	49.632	147	-	78.773	53.750	132.523
Baixas	(69)	-	(1.551)	-	-	(1.620)	(1.753)	(3.373)
Transferência (*)	24.821	65	(37.088)	206	-	(11.996)	11.000	(996)
Saldos em 31/12/2024	2.100.887	1.666.970	59.199	43.901	14	3.870.971	110.489	3.981.460
Saldos em 31/12/2023	(864.499)	(878.422)	-	(31.412)	(1.774.333)	-	(1.774.333)	(1,774,333)
Adições	(97.315)	(53.320)	-	(927)	-	(151.562)	-	(151,562)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	(961.814)	(931.742)	-	(32.339)	(1.925.895)	-	(1,925,895)	(1,925,895)
Em 31/12/2024	1.139.073	735.228	59.199	11.562	14	1.945.076	110.489	2.055.565
Em 31/12/2023	1.182.659	788.466	48.206	12.136	14	2.031.481	47.492	2.078.973

*Valor no saldo como transferências corresponde a movimentações de ativos entre os itens de ativo intangível e imobilizado.

Método de amortização e prazos

A amortização dos ativos intangíveis foi reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda de passageiros estimada para o período de concessão, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

15(a) Investimento na concessão

São investimentos realizados durante todo o prazo de concessão no material rodante, vias permanentes, subestações de energia e toda a infraestrutura necessária para adequação, continuidade e melhorias na operação das Linhas 1, 2 e 4. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

15(b) Direito de concessão

Direito de concessão referente à Outorga principal e Outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018) conforme os termos da alínea "b", Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Sexto Termo Aditivo, através do qual a companhia e o Poder Concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038.

Em 10 de abril de 2025 o MetrôRio firmou junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Com a assinatura do 10º Termo Aditivo, o contrato passa a unificar a operação das Linhas 1, 2 e 4 sob gestão do MetrôRio, com prazo estendido até 2048. Conforme mencionado na nota explicativa 1.

15(c) Infraestrutura em construção

Com a assinatura do 10º Termo Aditivo Contratual, foi assumido o compromisso de investir até R\$ 600.000 na construção da Estação Gávea, valor este ajustado pelo INCC. O montante de R\$ 612.846 foi registrado na rubrica de infraestrutura em construção, em contrapartida com as obrigações com o poder concedente, conforme nota explicativa nº 18. Adicionalmente, destaca-se que esse reconhecimento está dentro do escopo do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente e foi contabilizado o respectivo ajuste, que será realizado até a conclusão das obras da estação da Gávea.

Os valores de infraestrutura em construção estão apresentados da seguinte forma:

	Projetos em andamento	Obra Estação Gávea	Ajuste a valor presente - Obra Gávea	Total
Saldos em 31/12/2024	110.489	-	-	110.489
Estação Gávea	-	612.846	(70.430)	542.416
Custos incorridos na obra	47.105	(47.105)	-	-
Juros incorridos	-	-	20.413	20.413
Adições (i)	87.179	-	-	87.179
Transferências	(55.177)	-	-	(55.177)
Saldos em 31/12/2025	189.596	565.741	(50.017)	705.320

(i) Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção. Tendo como principais projetos no período: Substituição de lastro, substituição sistema de detecção de incêndio nas estações das linhas 1, 2 e 4, revitalização sistema mecânico dos trens, inspeção e reconstrução de muros, retrofit de painéis, adequação sistema tetra L 1, 2 e 4, sonorização de frota.

15(d) Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados, a cada exercício, para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

16. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	88.746	141.667
Fornecedores internacionais	954	4.651
Total fornecedores	89.700	146.318

17. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo de debêntures estava composto da seguinte forma:

	Emissão	Indexador	Juros	Vencimento	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures							
MetrôRio	9ª	IPCA	7,09% a.a.	15/12/2031	-	-	1.515.755
MetrôRio	10ª	IPCA	7,88% a.a.	15/03/2042	2.871.202	2.871.202	5.742.404
					2.871.202	2.871.202	5.742.404
Custo de captação					(268.892)	(63.732)	(332.624)
Total					2.602.310	2.602.310	5.409.780

A controlada MetrôRio, em atendimento à cláusula 4.9 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contas Vinculadas e Outras Avenças da 9ª emissão de debêntures, manteve, até o momento do resgate antecipado facultativo, conta de aplicação financeira vinculada (vide nota explicativa 4).

Em conexão com a escritura da 10ª emissão de debêntures, a controlada MetrôRio terá, a partir de 16 de setembro de 2026, a obrigação de efetuar aportes mensais durante 18 meses, em conta de aplicação financeira vinculada.

Segue abaixo a movimentação das debêntures e empréstimos:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	1.452.023	1.502.983
Captação de empréstimos	2.800.000	-
Dívida adquirida pela Incorporação da Metrobarra S.A.	644.624	-
Custo de captação	(272.982)	-
Juros	136.606	110.266
Varição monetária	87.165	74.617
Pagamento principal *	(1.835.305)	(109.295)
Pagamento juros *	(108.839)	(110.576)
Pagamento variação monetária*	(379.023)	(25.156)
Amortização do custo de captação	78.041	9.184
Saldo no fim do exercício	2.602.310	1.452.023

*Os pagamentos de principal, juros e variação monetária estão sendo classificados na DFC nas atividades de financiamento. Composição dos pagamentos das debêntures e empréstimos por ano de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
2027	11.214	11.214
2028	44.484	44.484
2029 em diante	2.815.504	2.815.504
	2.871.202	2.871.202
Custo de captação	(268.892)	(63.732)
	2.602.310	2.602.310
Não circulante		
Debêntures		

Em 02 de outubro de 2025, o MetrôRio emitiu 2.800.000 debêntures da 10ª emissão, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00. A captação dos recursos ocorreu em seu montante integral, e a amortização será realizada em 29 parcelas semestrais, sempre no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, com primeiro pagamento em 15 de março de 2028 e vencimento em 15 de março de 2042, considerando atualização monetária pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além de juros remuneratórios de 7,88% ao ano.

Em 06 de outubro de 2025, a Companhia, realizou o resgate antecipado facultativo total da 9ª emissão, no montante de R\$ 1.554.732.

Em 17 de novembro de 2025, o MetrôRio, cuja dívida herdou através da incorporação do Metrobarra fez o resgate antecipado facultativo total da 5ª emissão no valor de R\$669.409.

Hipóteses de vencimento antecipado

Nos termos dos contratos da 10ª emissão de debêntures, a Companhia está sujeita ao cumprimento de certas obrigações específicas que necessitam da anuência dos seus credores e seu descumprimento pode resultar em declaração do vencimento antecipado e execução das garantias constituídas.

Os principais critérios são: (i) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária não sanado em até 2 dias úteis; (ii) pedido ou decretação de recuperação judicial, falência ou dissolução da Companhia ou suas controladas; (iii) cancelamento do registro de companhia aberta ou reorganização societária relevante sem anuência dos debenturistas; (iv) vencimento antecipado de dívidas financeiras iguais ou superiores a R\$70 milhões; (v) perda ou extinção da concessão metroviária; (vi) não constituição ou reforço das garantias nos prazos previstos; (vii) descumprimento do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,1 a partir de 31 de dezembro de 2028.

Para a 10ª emissão, o acompanhamento do ICSD ocorrerá a partir de 31 de dezembro de 2028, conforme previsto na Escritura. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia encontra-se em pleno cumprimento com as obrigações previstas na escritura de emissão das debentures.

Avaliação de Rating

Em 02 de outubro de 2025, última avaliação realizada, as agências de rating S&P Global Ratings e Fitch ratings atribuíram o rating de 'AAA' para a emissão do MetrôRio.

18. Obrigações com poder concedente

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações 10º TACC (i)	565.741	-
(-) Ajuste a valor presente (ii)	(50.017)	-
	515.724	-
	312.131	-
	203.593	-

(i) A partir do 10º TACC firmado entre o MetrôRio e o poder concedente, a Companhia assumiu o compromisso de investir até R\$ 600.000 na construção da Estação Gávea, reajustados pelo INCC. Por sua vez, o Estado do Rio de Janeiro se comprometeu a aportar recursos financeiros no montante de R\$: 146.772 e assume exclusivamente a responsabilidade por pleitos adicionais do Consórcio Construtor.

(ii) Ajuste a valor presente – de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 – Ajuste a valor presente, valores a pagar sujeitos à atualização monetária com base em índices de preços ou inflacionários, sem juros, devem ser objeto de AVP. A companhia utilizou o fluxo mencionado anteriormente e uma taxa real de juros com adição de spread, totalizando 8,55% a.a. A contrapartida do ajuste a valor presente foi registrada na rubrica intangível em andamento, nota explicativa nº 15 (c).

Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação das obrigações com poder concedente é apresentada da seguinte forma:

	Obrigações 10º TACC	(-) Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31/12/2024	-	-	-



METRÔ RIO

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



Não houve alteração no status do processo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorrendo apenas a atualização dos cálculos. Contudo, em virtude da incorporação da Metrobarra pelo MetrôRio em 02 de outubro de 2025, o processo passou a figurar em nome da MetrôRio.

(iii) Riscos regulatórios

Em 31 de dezembro de 2025, as multas regulatórias possíveis em esfera judicial foram estimadas em R\$ 44.478 em 31 de dezembro de 2024.

Conforme o item 1.3 do Termo de Acordo firmado em 10 de abril de 2025 entre o MetrôRio e a AGETRANS, mencionado anteriormente na Nota Explicativa 22(a), foi definida a extinção de todos os processos relacionados a fatos ocorridos antes da assinatura do acordo. Em razão disso, houve redução dos riscos regulatórios classificados como contingências possíveis.

(iv) Riscos tributários

Em 31 de dezembro de 2025, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$ 15.830 (R\$ 10.858 em 31 de dezembro de 2024). Trata-se de auto de infração lavrado pelo Município do Rio de Janeiro no dia 23 de dezembro de 2016, no valor histórico de R\$ 5,8 milhões, sendo principal de R\$ 3,7 milhões, em razão de suposta falta de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) concernente aos serviços prestados mediante locação, cessão de direitos de uso e congêneres, no período de outubro de 2012 a junho de 2016 (infração 1), e outubro de 2012 a dezembro de 2015 (infração 2). O MetrôRio alegou em sua defesa que a cessão pura de espaço não constitui serviço e, portanto, não é tributável pelo ISS, assim como a cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda não representa uma atividade sujeita ao imposto municipal. O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível e o valor em risco estimado em R\$ 10.488 (R\$ 9.657 em 31 de dezembro de 2024).

Incorporação - Metrobarra S.A

Em novembro de 2025, Metrobarra S.A., empresa incorporada por MetrôRio em outubro de 2025, foi autuada pela Receita Federal no valor de R\$ 3,8 milhões, exigindo o pagamento do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referentes ao ano-calendário de 2020, sob a alegação de que a empresa teria deduzido indevidamente provisões para créditos de liquidação duvidosa.

(PCLD) na apuração da base de cálculo do lucro tributável. Em dezembro o MetrôRio apresentou sua defesa alegando, em síntese: (1) Premissa Incorreta da Autuação Fiscal: A autoridade fiscal alegou que a empresa teria deduzido indevidamente provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) na apuração do IRPJ e da CSLL do ano-calendário de 2020. A impugnante sustenta que tal dedução jamais ocorreu. (2) Natureza dos Ajustes Realizados em 2022: As retificações efetuadas em 2022 não tiveram como objetivo gerar benefícios fiscais, mas corrigir erros contábeis anteriores relacionados ao reconhecimento de receitas, decorrentes de interpretação equivocada das cláusulas contratuais. (3) Base Contratual para Reconhecimento de Receitas: Pelos contratos de locação e compartilhamento de receitas, os valores devidos eram variáveis e vinculados ao Fluxo de Caixa Livre da CRB (Rio Barra S.A.), e não a valores fixos. Assim, a empresa não tinha direito incondicional aos valores superiores anteriormente registrados. (4) Conformidade com Normas Contábeis e Legislação Tributária: A impugnante argumenta que as correções estão em consonância com as normas contábeis brasileiras (CPC 23 e CPC 47) e com o princípio da prevalência da substância sobre a forma (art. 118 do CTN). O reconhecimento anterior de receitas fictícias contrariava esses princípios. O prognóstico de perda deste caso é classificado como possível e o valor em risco estimado em R\$ 3.871 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

22(c) Depósitos judiciais e recursais

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais - embargos de terceiros(i)	7.803	8.828
Depósitos recursais	5.345	1.569
Total	13.148	10.397

	31/12/2024	Bloqueio judicial	Constituição	Baixa (ii)	Atualização	31/12/2025
Embargos de terceiros(i)	8.828	-	19	(1.612)	568	7.803
Recursais	1.569	2.398	1.223	(205)	360	5.345
Total	10.397	2.398	1.242	(1.817)	928	13.148

	31/12/2023	Bloqueio judicial	Constituição	Baixa (ii)	Atualização	31/12/2024
Embargos de terceiros(i)	11.962	-	6	(3.553)	413	8.828
Recursais	664	2.591	606	(2.491)	199	1.569
Total	12.626	2.591	612	(6.044)	612	10.397

(i) Trata-se de recursos jurídicos que foram despendidos nos processos judiciais que versam sobre sucessão, ou seja, processos judiciais advindos da concessionária anterior e contemplados nas condições estabelecidas no Contrato de Concessão, denominados processos- ET PÓS, vide nota explicativa 5(a).

(ii) Refere-se à reversão dos depósitos judiciais efetuados, os quais estão sendo reintegrados aos recursos financeiros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$ 7.803 (R\$ 8.828 em 31 de dezembro de 2024).

23. Patrimônio líquido

23(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 1.459.820 (R\$ 1.458.916 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 1.614.671.591 ações ordinárias (1.613.694.012 ações em 31 de dezembro de 2024), todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

Aumento de capital por Incorporação

Em 02 de outubro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 904, mediante a emissão de 977.579 (novecentas e setenta e sete mil, quinhentas e setenta e nove) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Este aumento decorre da incorporação da Metrobarra S.A., sociedade sob controle comum, na totalidade do seu acervo líquido detalhado na nota explicativa 3. As novas ações emitidas foram integralmente atribuídas à acionista HMOBI Participações S.A.

23(b) Reservas de Lucros

(i) Reserva Legal

Corresponde a 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e não excederá 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei 6.404/76 das sociedades por ações.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	12.649	-
Lucro líquido do exercício	13.838	338.262
Absorção de prejuízos acumulados	-	(85.276)
Reserva legal (5%)	692	12.649
Total	13.341	12.649

(ii) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída com os saldos remanescentes do resultado ajustado, com a finalidade de futura distribuição aos acionistas. Em 29 de abril de 2025, por meio de Assembleia Geral Ordinária, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 180.251.811,31 (cento e oitenta milhões, duzentos e cinquenta e um mil, oitocentos e onze reais e trinta e um centavos), ajustado nos termos do art. 202 da Lei das S.A., destinado à distribuição de dividendos adicionais. O pagamento dos dividendos adicionais foi realizado no dia 30 de abril de 2025.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	180.253	-
Lucro líquido do exercício	13.838	338.262
Prejuízos acumulados	-	(85.276)
Reserva legal (5%)	(692)	(12.649)
Distribuição de dividendos adicionais	(180.253)	(60.084)
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.287)	(60.084)
Dividendos adicionais propostos	(9.859)	-
Total	-	180.253

Reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2025 a apuração foi realizada da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	13.838	338.262
Absorção de prejuízos acumulados	-	(85.276)
Reserva legal (5%)	(692)	(12.649)
Total	13.146	240.337
25%	25%	25%
Total	3.287	60.084

Dividendos mínimos obrigatórios

23 (d) Dividendos adicionais propostos

O lucro remanescente, após a constituição da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, foi destinado à rubrica dividendos adicionais propostos, para distribuição futura, condicionada à aprovação em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025, esse montante totalizava R\$ 9.859.

24. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado por natureza	1.166.486	901.083
Receita tarifária	67.997	68.438
Receitas acessórias	-	-
Total	1.234.483	969.521

Impostos(i)

Deduções sobre a receita tarifária(ii)	(30.045)	(25.011)
	(5.716)	(4.439)
Total	(1.198.722)	940.071

(i) Os impostos incidentes são representados por ISS sobre a receita tarifária e por PIS e COFINS sobre a receita acessória.

(ii) Deduções sobre a receita tarifária, representadas pela taxa da agência reguladora AGETRANS.

25. Custos e despesas por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado por natureza	315.227	(290.624)
Pessoal	(124.667)	-
Locação Trens (i)	(133.330)	(157.154)
Depreciação e Amortização (ii)	(89.989)	(151.680)
Energia elétrica	(132.485)	(128.628)
Conservação e Manutenção	-	-
Constituição (reversão) da provisão para riscos processuais e obrigações decorrente da concessão	6.878	35.733
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (iii)	(21.196)	(2.448)
Seguros e garantias	(20.213)	(19.159)
Despesas gerais	(16.704)	(15.031)
Suporte e manutenção de informática	(19.856)	(18.339)
Serviço FETRANSFOR	(13.750)	(10.220)
Terceirização de Frota	-	(5.365)
Serviços de terceiros PJ	(8.956)	(8.725)
Água e esgoto	(8.551)	(7.351)
Serviços compartilhados	15.627	21.750
Segurança viária / patrimonial	(4.509)	(4.658)
Auditoria, assessoria e consultoria	(3.771)	(5.331)
Comunicação, marketing e publicidade	(3.900)	(5.032)
Perdas com cartão de crédito	(2.838)	(2.938)
Assessoria Jurídica	(7.982)	(4.559)
Aluguéis	(1.794)	(1.600)
Associações de classes	(1.603)	(895)
Despesas legais e judiciais	(683)	(556)
Total	(909.499)	(782.810)
Custo de serviços prestados	(764.631)	(671.181)
Despesas gerais e administrativas	(123.672)	(109.181)
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(21.196)	(2.448)
Total	(909.499)	(782.810)

(i) Referente ao contrato de locação de trens firmado com a parte relacionada Metrobarra S.A., conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 11.

(ii) A Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apurou créditos tributários de PIS e COFINS sobre depreciação e amortização, no montante de R\$ 2.432 em 31 de dezembro de 2024.

(iii) Impactado pela baixa dos valores a receber em decorrência da assinatura do 10º Termo Aditivo, no montante de R\$ 66.337, com reversão correspondente de R\$ 48.230 em provisão para perdas (PECLD), resultando em impacto líquido de R\$ 18.107.

26. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Receita regulatória (i)	-	256.580
Receita de venda de energia (ii)	1.656	18.274
Outras receitas operacionais(iii)	4.137	12.472
Outras despesas operacionais(iv)	(155)	(1.701)
Total	5.638	285.625

(i) Oriunda do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros que versa sobre o ressarcimento emergencial da parcela referente aos custos operacionais durante o período de janeiro a dezembro de 2021 no valor total de R\$ 310.542, sendo R\$ 256.580 da parcela principal, reconhecidos como "outras receitas (despesas) operacionais, e R\$ 53.963 referentes a atualização monetária IPCA, reconhecidos no resultado financeiro, conforme nota explicativa 1 e 25 (i).

(ii) Venda de energia convencional já contratada pelo MetrôRio, cujo benefício se traduz em desconto nas tarifas de distribuição e transmissão da LIGHT.

(iii) Outras receitas operacionais são em maior parte devido a recuperação de créditos, vencimento de saldos disponíveis em cartões unitários e receita de indenização de processos judiciais.

(iv) Outras despesas operacionais são em maior parte devido tributos que incidem sobre outras receitas operacionais.

27. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	92.428	54.672
Varição monetária ativa	1.035	1.797
Varição monetária – Ressarcimento (*)	-	53.963
Varições cambiais ativas	1.685	1.097
Juros ativos	45	63
Outros	743	258
Total receitas financeiras	95.936	111.850

Despesas financeiras

Juros e variação monetária s/ sobre debêntures (**)	(223.770)	(184.883)
Ajuste a valor presente – arrendamento	(149)	-
Custo de captação	(78.041)	(9.184)
Varição monetária passiva	2.504	(1.098)
Comissões e despesas bancárias	(34.843)	(3.084)
Varições cambiais passivas	(383)	(1.614)
Outras	(4.919)	(2.743)
Total despesas financeiras	(339.601)	(202.606)

Total resultado financeiro, líquido

	(243.665)	(90.756)
--	------------------	-----------------

(*) Variação monetária decorrente de receita obtida junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro referente ao Ressarcimento Emergencial do exercício de 2021. Vide nota explicativa 1.

(**) Os juros/variação monetária pagos estão sendo classificados na DFC nas atividades de financiamento

Conciliação DFC - Variações monetárias e encargos

	Notas Explicativa	31/12/2025	31/12/2024	
17	Debêntures e empréstimo	Juros	149.016	110.266
17	Debêntures e empréstimo	Varição monetária	74.755	74.617
13	Juros sobre arrendamento	Juros	149	-
19	Concessão de serviço público	Varição monetária	(672)	(1.108)
22	Provisões para riscos processuais	Varição monetária	(2.124)	1.913
22(c)	Depósitos judiciais e recursais	Atualização monetária	(928)	(612)
11	Partes Relacionadas	Juros	-	32
			220.196	185.108

28. Resultado por ação

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias

Numerador básico	13.838	338.262
Denominador básico	1.613.938	1.613.694
Lucro básico e diluído por ação no período (R\$)	0,0086	0,2096

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2025, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

29. Informações por segmento

A Companhia possui duas categorias de receita, tarifária e acessória, contudo, os custos e despesas são registrados de forma unificada devido à natureza integrada das operações. Para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada como uma única unidade de negócio com as operações sendo controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma unificada.

30. Instrumentos financeiros

30(a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia utilizou a seguinte hierarquia de valor justo para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação:

• Nível 1 – Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos dos instrumentos financeiros

• Nível 2 – Outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

• Nível 3 – Técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2025. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, debêntures e obrigações com empregados.

Instrumentos financeiros

	31/12/2025		31/12/2024		
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Classificação
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	800.985	800.985	311.169	311.169	Custo amortizado
Aplicações financeiras	107.528	107.528	325.503	325.503	Custo amortizado
Contas a receber	151.275	151.275	277.068	277.068	Custo amortizado
Contas a receber -Partes Relacionadas	-	-	4.276	4.276	Custo amortizado
Outras contas a receber	6.982	6.982	14.864	14.864	
Total do ativo	1.066.770	1.066.770			



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A

CNPJ nº 10.324.624/0001-18



31. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento e financiamento.

i) Atividades operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Variação Balanço	548.720	107.490
Variação DFC	420.548	423.518
Diferença	128.172	(316.028)
Composição da diferença de transação sem efeito caixa		
Depreciação e amortização	(136.013)	(159.588)
Baixa de imobilizado e intangível	(868)	(3.664)
Amortização custo de captação	(78.041)	(9.184)
Rendimento aplicação financeira	53.474	41.291
Variáveis monetárias e encargos, líquidos	(223.920)	(184.883)
Obrigações com poder concedente	515.724	-
Partes relacionadas	53.564	-
Total	183.920	(316.028)

Efeitos de incorporação – Nota explicativa 3

Estoques	(614)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(7.358)	-
Tributos a recuperar	(7.722)	-
Adiantamentos	(52)	-
Partes relacionadas	(40.257)	-
Fornecedores	5	-
Tributos a recolher	19	-
Obrigações com empregados	231	-
Total	(55.748)	-
Total	128.172	(316.028)

ii) Atividades de investimento

	31/12/2025	31/12/2024
Variação Balanço	(973.992)	2.716
Variação DFC	91.196	(119.245)
Diferença	(1.065.188)	121.961
Composição da diferença de transação sem efeito caixa		
Cessão Linha 4	(53.564)	-
Obrigações com poder concedente	(565.741)	-
Obrigações com poder concedente - Ajuste a valor presente	50.017	-
Depreciação e amortização	136.013	159.588
Baixa de imobilizado e intangível	868	3.664
Rendimento aplicação financeira	(53.474)	(41.291)
Reconhecimento inicial - Direito de uso	(4.408)	-
Total	(490.289)	121.961

Efeitos de incorporação - Nota explicativa 3

Intangível	(1.123.627)	-
Infraestrutura em construção	(19.745)	-
Depreciação e amortização acumulada	568.473	-
Total	(574.899)	-
Total	(1.065.188)	121.961

iii) Atividades de financiamento

	31/12/2025	31/12/2024
Variação Balanço	918.375	(50.960)
Variação DFC	(21.928)	(245.027)
Diferença	940.303	194.067
Composição da diferença de transação sem efeito caixa		
Amortização de custo de captação	78.041	9.184
Juros sobre debêntures	136.606	110.266
Variável monetária sobre debêntures	87.165	74.617
Reconhecimento inicial - Arrendamentos	6.456	-
Ajuste a valor presente - arrendamentos	(2.048)	-
Juros sobre arrendamentos	149	-
Dividendos mínimos obrigatórios	3.287	-
Total	309.656	194.067

Efeitos de incorporação – Nota explicativa 3

Debentures	644.624	-
Total	644.624	-
Efeitos de incorporação nas atividades de financiamento		
Aumento de capital social (*)	-	-
Incorporação nas atividades operacionais	55.748	-
Incorporação nas atividades de investimento	574.899	-
Incorporação nas atividades de financiamento	(644.624)	-
Total	(13.977)	-
Total	940.303	194.067

(*) O acervo líquido incorporado, mencionado nas notas explicativas 3 e 23, reconhecido como contrapartida em aumento de capital, totaliza R\$ 904, sendo composto por caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 14.881, e por ativos e passivos líquidos no montante de (R\$ 13.977), os quais não geraram efeito caixa e foram incorporados às atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

CONTADOR
João Marcos Barbosa - CRC-RJ 11.4001/O
CONTROLLER CORPORATIVO
Daniel Antunes Azevedo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e Administradores da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metrôrio em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditoria de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita tarifária

Veja a Nota Explicativa nº 2.5 e 2.4 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A receita da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metrôrio") é gerada substancialmente por tarifas de passagens ("receita tarifária") cobradas dos usuários do sistema de transporte metroviário da cidade do Rio de Janeiro.

A receita tarifária é originada de um grande volume de transações de baixo valor individual, que são controladas por sistemas de passagem e posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. O valor das tarifas é determinado com o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), que disciplina sobre os reajustes tarifários e sua vigência.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao valor envolvido, o volume de transações e a diversificação da contraprestação recebida das transações.

Capitalização de gastos do intangível de concessão

Veja a Nota Explicativa nº 15 (a), (b) e (c) das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Metrôrio") assumiu compromissos relevantes vinculados ao contrato de concessão com respectivo Poder Concedente. De acordo com o ICPC 01/IFRIC 12 e OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita. A mensuração do intangível relacionado à concessão é afetada pelos julgamentos para determinar se um gasto específico representa uma melhoria ou manutenção e consequentemente se deve ser capitalizados ou não.

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores e julgamentos envolvidos na determinação das diversas naturezas dos gastos relacionados a concessão e se eles são elegíveis a capitalização.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Comparação do total dos valores, na população completa, reconhecidos na receita tarifária referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025, com os sistemas de controle de passagens.
- Realização de testes documentais, com base amostral, da receita tarifária reconhecida ao longo do exercício, tendo por base o sistema de acesso de passageiros e as suas liquidações financeiras, através de extratos bancários.
- Obtenção de confirmação externa do total de repasse anual feito para a Companhia pela entidade responsável pela arrecadação das tarifas originadas do chamado "bilhete único", bem como do saldo de contas a receber da Companhia com a referida entidade, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- Recálculo da receita tarifária com base nos relatórios de utilização extraídos do sistema de passagens e com nas tarifas de passagem de acordadas com o poder Concedente.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.
- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o saldo da receita tarifária e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Inspeção documental, em base amostral, das adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais, contratos, medições e liquidação financeira, bem como a avaliação da natureza das adições.
- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideramos todas as informações relevantes.
- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a capitalização de gastos do intangível de concessão e suas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Luiz Ferreira - Contador - CRC RJ-087095/O-7

